



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 26 - Nº 495 - 29 DE MARÇO A 12 DE ABRIL DE 2015 - R\$ 3,00

Conferência Internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



**Diante da crise econômica e política
levantar as reivindicações dos
explorados, impulsionar o método
grevista e organizar a luta no
terreno da independência de classe**

Oposição revolucionária a Dilma

Internacionalismo – Conferência do Comitê de Enlace

Fortalecer o trabalho de reconstrução da IV Internacional

Logo mais se realizará a Conferência do Comitê de Enlace (CERQUI), com delegações da Bolívia, Argentina e Brasil. Há alguns meses que vem sendo preparada. Serão discutidos e aprovados um documento sobre a situação mundial, resoluções, informes das seções e balanço de atividade.

Distintamente da Conferência passada, houve maior preocupação em envolver as seções na elaboração coletiva e amadurecimento da compreensão interna. O documento e as resoluções foram discutidos na direção do CERQUI, modificados e aprovados. Há algumas resoluções que devem ser avaliadas no momento, se devem ou não entrar na pauta. Certos acontecimentos eclodiram depois das resoluções redigidas, a exemplo do agravamento da crise na Grécia e da vitória da Coalizão de Esquerda Radical (Syriza). Deve-se considerar também a evolução da guerra civil na Síria e a intervenção da Arábia Saudita no Iêmen.

A crise política no Brasil e Argentina, em particular, tem de ser muito bem analisada. É preciso verificar cuidadosamente a linha desenvolvida. A avaliação crítica da intervenção das seções na luta de classes e suas formulações constituem o cimento sobre o qual se eleva o Comitê de Enlace. As particularidades das crises em cada país somente podem ser devidamente observadas e incorporadas na luta política pela organização do proletariado caso se identifique quem e compreendam suas conexões com a crise mundial e regional (América Latina).

A eclosão da crise nos Estados Unidos em 2008 imediatamente se converteu em crise mundial, não superada depois de seis anos. Constatamos que as crises nacionais, na realidade, são refrações da desintegração mundial do capitalismo. Na América Latina, a Venezuela foi arrastada para a beira do precipício. Esgotou-se a experiência com o nacionalismo chavista e o imperialismo avalia que chegou o momento de recrudescer sua ofensiva sobre o país. A Conferência deve dar atenção especial sobre o curso que tomará a crise venezuelana. A derrocada do chavismo e a ascensão das forças contrarrevolucionárias incidirão sobre o desenvolvimento da crise no Brasil, Argentina e Bolívia.

É de especial importância a ofensiva diplomática dos Estados Unidos sobre Cuba. Indica o avanço da restauração capitalista e destruição das conquistas revolucionárias. Não menos importantes são as negociações para integrar as Farcs colombianas no Estado burguês. De um lado, os Estados Unidos conduzem acordos diplomáticos contrarrevolucionários, de outro promovem as forças contrarrevolucionárias contra os governos que não se curvam. Diante da Venezuela, o imperialismo age como lobos famintos, e de Cuba como bons samaritanos.

Considerados os impasses do PT no Brasil, do MAS na Bolívia e do peronismo na Argentina, identificamos um quadro de avanço da crise na América do Sul. A Conferência terá de equacionar o melhor possível as tendências desintegradoras que cobrem a região. Não estão em plano secundário os choques interburgueses no México e a luta de classes, embora o governo pró-imperialista ainda se mantenha firme. O assassinato de quatro dezenas de estudantes em uma operação de fuzilamento passou a ser um marco da crise política neste importante país latino-americano.

Um tema também de especial importância diz respeito à guerra dos Estados Unidos e da sua coligação contra a jihad encabeçada pelo Estado Islâmico. O levante revolucionário das

massas no Egito foi contido por um golpe militar sangrento pró-imperialista. A guerra civil na Síria quase desintegrou o país, sem que se tenha uma solução à vista. A invasão da Faixa de Gaza por Israel teve um recuo provisório somente depois de ter matado milhares de civis. O Iêmen foi tomado por uma guerra civil, a Arábia Saudita está em posição de avançar com seus tanques de guerra e o Irã vacila em como reagir, está preso às negociações em torno de seu programa nuclear. O Iraque não se recuperou das consequências da invasão norte-americana e está de frente com a guerrilha dos jihadistas. O Estado Islâmico passou a controlar um importante território entre a Síria e o Iraque. Os Estados Unidos esperam o resultado dos bombardeios e da resistência curda-iraquiana, para se decidir pelo envio de tropas terrestres. A Líbia está dividida e pode se desintegrar. É nessa situação convulsiva que se fortaleceu a jihad islâmica, que expressa o nacionalismo árabe. O imperialismo se vê obrigado a esmagar os nacionalistas que ameaçam assenhorar-se dos poços de petróleo e controlar seu comércio.

O Comitê de Enlace deve se debruçar sobre o Oriente Médio. É imprescindível ter uma clara posição sobre a jihad, o nacionalismo islâmico e a intervenção imperialista. O Comitê de Enlace havia demonstrado em documentos anteriores que a crise mundial obrigava as potências a impulsionarem as tendências bélicas e que se abria uma nova etapa da luta de classes. Cabe avaliar seu desenvolvimento à luz do intervencionismo.

Uma última consideração: a crise na Ucrânia, a sua divisão, a guerra civil e o choque entre as potências ocidentais e a Rússia. A gravidade da situação nesta parte da Europa Oriental compõe o quadro geral da crise européia. No documento, a potencial crise entre a China e os Estados Unidos é tratada sob a perspectiva do desenvolvimento geral dos choques entre as forças produtivas e os Estados nacionais. Os processos de restauração capitalista na Rússia, China e Leste Europeu refletem e integram o declínio inevitável da economia mundial.

A Conferência, como se vê, está diante de uma situação complexa e explosiva, na qual se opõem a revolução e a contrarrevolução. Sem as direções revolucionárias e sem a organização mundial do proletariado a barbárie se potencia e ganha terreno.

É ponto pacífico que a reconstrução da IV Internacional depende do fortalecimento do Comitê de Enlace, que por sua vez depende da implantação de suas seções no proletariado. O que não quer dizer que o Comitê de Enlace não tenha o dever de compreender e responder aos grandes problemas e confrontos mundiais. Não se avançará a construção das seções embrionárias e não se fortalecerá o POR boliviano como direção da maioria nacional oprimida sem que se aplique o Programa de Transição no movimento mundial do proletariado.

A luta política contra o revisionismo do trotskismo se dá tanto em nível nacional quanto internacional. A contundência da crise acelerará a experiência da vanguarda com as correntes centristas, reformistas e oportunistas. As respostas e a intervenção do Comitê de Enlace são decisivas para organizar a luta internacional centralizada junto ao proletariado e à vanguarda militante.

Por uma Conferência Internacionalista!

Trabalhem com empenho revolucionário pela reconstrução da IV Internacional!

Posição das esquerdas diante das manifestações do dia 13 e 15 de março

Esclarecer a confusão e combater o oportunismo

As correntes de esquerda se dividiram diante das manifestações a favor e contra Dilma Rousseff. Há quem diga que os atos convocados pela CUT, MST e UNE não foram de apoio ao governo e que toda a esquerda deveria ter participado para barrar um golpe em andamento. O surpreendente é que houve quem considerasse que as esquerdas deveriam ter participado nos atos convocados pelos adeptos do PSDB e levantado a bandeira de “Fora Dilma”. Houve correntes que se pronunciaram contra os dois atos – entre elas o POR –, mas se pronunciaram com distintas formulações. Observamos que as divisões interburguesas na situação de crise afetam diretamente as esquerdas que formam um cipoal de tendências revisionistas do marxismo, centristas e reformistas. Na medida do possível, analisaremos caso a caso, destacando os de maior importância. Para localizar os leitores e a militância, transcreveremos algumas passagens que sintetizam o essencial das posições.

O que disseram as correntes

Corrente interna ao PT “O Trabalho”, identifica-se como seção brasileira da “IV Internacional”, na realidade uma das cisões desta organização conhecida por “lambertista” (referente a Pierre Lambert). Eis o que diz em sua “Carta da Corrente O Trabalho do PT”: “No último dia 13, saiu às ruas, numa exitosa jornada, a única força que pode defender o mandato legítimo da presidente Dilma”. (...) “Convocados por sindicatos, associações de moradia e de bairro (...), eles levantaram a defesa dos direitos, a defesa da Petrobrás, a reforma política e, objetivamente, contrapuseram ao golpismo que crescia.” (...) “Uma semana antes, a Executiva Nacional do PT discutia tentar adiar o ato como queria o Palácio do Planalto.” “O que não é normal é o governo Dilma (...) insistir na guinada do ajuste fiscal representado pelo Plano Levy que está parando o país.” (...) “Tem de tocar a reforma política através da Constituinte” (...) “Nesta hora grave, PSOL e PSTU que boicotaram criminosamente o dia 13 deveriam engrossar a resistência popular.”

PCdoB compõe a base aliada do governo petista, dirige a UNE e a CTB, é uma das cisões no campo do estalinismo. Seu presidente, Renato Rabelo, fez um pronunciamento denominado “Unir o povo em defesa da democracia e do Brasil”. Eis as passagens: “Expressivas manifestações do dia 13 (...) marcaram firme posição em defesa da democracia, do mandato constitucional da presidenta Dilma Rousseff, contra o golpismo; pela salvaguarda da Petrobrás; defesa dos direitos trabalhistas; contra a corrupção e pelo fim do financiamento empresarial de campanha.” (...) “Impulsionar a contraofensiva, constituir uma frente ampla democrática e patriótica”.

PCO é uma corrente que esteve vinculada ao Partido Obrero da Argentina, dirigido por Jorge Altamira, rompeu sem que ninguém soubesse os motivos. Reivindica o trotskismo, infelizmente. Seu dirigente, Rui Costa Pimenta, conseguiu convencer sua organização de que está em andamento um golpe fascista contra o governo do PT. Empenhou-se na convocação do dia 13. Sua convocatória: “Todos os líderes da direita deixaram claro que pretendem remover Dilma Rousseff da presidência nos próximos 30 dias.” (...) “Opor-se ao golpe de Estado não significa nem concordar, nem apoiar a política do PT. (...) “Chamamos todos a participar do ato do dia 13 de março, que é um esforço consciente para dar uma resposta à ameaça de

golpe de Estado de direita.” Em uma nota – “Mais uma vez a política da esquerda pequeno burguesa” –, explica: “A manifestação do dia 15 não quer o impeachment, quer um golpe. Golpe mesmo, assim como o de 64, ou como o do Pinochet no Chile e tantos outros.”

PCB considera-se uma organização renovada e distinta de seu antepassado estalinista. Lançou a declaração “Construir alternativa popular contra a chantagem do impeachment e a conciliação governista”: (...) “Essa instabilidade do governo alimenta sonhos golpistas no bloco de oposição liderada pelo PSDB”. (...) “O governo Dilma se debilita não apenas pelos ataques da oposição de direita, mas também pelo oportunismo de setores do PT e do ex-presidente Lula, que antecipam a campanha eleitoral de 2018” (...). “Por todos estes motivos o PCB denuncia as ações das forças reacionárias pelo impedimento da presidente Dilma como golpista e hipócrita, mas não participará de nenhum movimento governista com o objetivo de se legitimar perante os movimentos sociais apenas para melhor negociar a continuidade de seu governo de pacto social com a burguesia.”

PSTU, corrente morenista (refere-se a Nahuel Moreno), revisionista do trotskismo, expressa o centrismo clássico mais bem definido. Em sua nota contra a participação no ato do dia 13, justifica: “Não será atrelando o futuro de nossas lutas ao destino desse governo corrupto e pró-patronal que vamos evitar que a direita se fortaleça (...)”. “Na verdade, a CUT, o MST e a UNE têm mais uma boa oportunidade essa semana para finalmente romperem seu apoio a esse governo”. No editorial do Jornal Opinião Socialista, nº 493, diz: “O sentimento de indignação dos trabalhadores com o governo do PT é mais do que justo. Indignados, muitos querem o ‘Fora Dilma’ e acabam caindo na armadilha do impeachment”. “Alardeiam um golpe da direita que não existe para defender e tentar empurrar para a esquerda um governo que governa contra a classe trabalhadora. É preciso romper essa falsa polarização”. Zé Maria publica uma declaração que tem por bandeira: “Precisamos de uma alternativa dos trabalhadores contra o governo do PT e contra a direita”. A nota da direção nacional de 18/3 desenvolve a bandeira de “uma alternativa dos trabalhadores...”. Convoca os movimentos, o PSOL e o PCB a “formar um campo da classe trabalhadora contra o governo e a direita: vamos construir um processo de luta de massas, de ação, que busque romper a falsa polarização e criar um campo da classe trabalhadora e da juventude contra os patrões, o governo e a oposição de direita”.

PSOL, partido nascido de uma cisão do PT, caracteriza-se pelo reformismo pequeno burguês, constitui-se como uma federação de correntes. Destaca-se pelo eleitoralismo de esquerda. Negou-se a participar dos atos de 13 e 15. Em uma nota, levantou a bandeira: “Diante da crise, a saída é pela esquerda!”. Diz: “Crise econômica, crise política e crise no abastecimento de água e energia. A resposta do governo Dilma e da oposição de direita é a mesma: omissão diante dos escândalos de corrupção, arrocho fiscal contra os trabalhadores e retirada de direitos. Uma fórmula crescentemente rechaçada em vários países, como demonstra recentemente a vitória da Coalizão da Esquerda Radical (Syriza) na Grécia”.

A CST é uma corrente oportunista que se abriga no PSOL, pequeno burguês reformista. Lançou a nota “Não vamos aos atos de 13 e 15 de março. Não nos representam!”. Diz: “Não vamos a estes atos, e alertamos à classe trabalhadora, à juventude e ao povo pobre, que essas mobilizações visam desviar o foco da luta contra o ajuste fiscal

de Dilma, governadores, prefeitos e patrões". *"Nem o governismo da nova direita, nem a volta da direita clássica do PSDB/DEM! Por uma saída dos trabalhadores"*. Defende: *"É necessária a convocação de uma Assembleia Constituinte, livre e soberana"*.

LER-QI, corrente que surgiu no seio do morenismo, não foi capaz de romper programaticamente com o revisionismo, procura se colocar à esquerda do PSTU, seguindo seus passos. Emitiu a nota "Os atos do dia 15 e a necessidade de uma resposta independente". Eis: *"A saída independente: nem com o desgastado PT, nem com a oposição de direita. Frente à crise de representatividade, a saída dos trabalhadores não pode apontar nem o caminho dos atos do dia 15 e nem defender o governo do PT. É necessário que construamos uma terceira alternativa, que emane das lutas e da organização dos trabalhadores (...)"*. Levanta a bandeira de *"assembleia constituinte, livre e soberana, para modificar os rumos da democracia atual"*.

MNN é um amontoado oportunista, cuja função ideológica é de semear a confusão. Sua nota: "Por que a esquerda deve defender o 'Fora Dilma'?" Chama as correntes de esquerda a participarem do ato do dia 15. *"É preciso defender o 'Fora Dilma', mas com um recorte de classe de esquerda, que vincule sempre o 'Fora Dilma' a 'Nem PT', 'Nem PSDB', 'militares não', 'Criar o Poder Popular'"*.

Certamente, os leitores terão uma compreensão mais clara sobre as formulações extraídas dos pronunciamentos das correntes. Encontrarão argumentos mais diversos de amparo ao essencialmente acima exposto. A confusão é enorme. Ora ocultam o oportunismo, ora o expõem de corpo inteiro. Nota-se que apenas o Movimento Negação da Negação (MNN) defendeu a participação nas mobilizações como as do dia 15. Estiveram com as manifestações do dia 13 PCdoB e PCO. O Trabalho é uma corrente do PT, portanto seu governismo é explícito. O PCdoB faz parte da base aliada de Dilma Rousseff, não poderia faltar. O estranho no ninho foi o PCO. As demais correntes de esquerda se colocaram por não participar. O POR também divulgou uma declaração em que rechaça o apoio ao governo e a ação oposicionista do PSDB e aliados: *"Em defesa das reivindicações dos explorados e de sua independência de classe"*. Está publicado no jornal Massas 494 e se encontra no site. Reproduzimos a síntese da posição porista: *"É preciso combater os objetivos do PSDB e aliados de retomar o poder, utilizando-se do escândalo da Petrobrás quando está enterrado até o pescoço na corrupção."* *"(...) É necessário, no entanto, desmascarar a política burguesa do PT e o apoio que lhe dá a burocracia sindical."* *"(...) As massas têm de sair às ruas, não para defender o governo, mas para se defenderem contra o governo e contra os ataques que diariamente são despejados pela burguesia nas fábricas, campo, escolas, bairros, etc."*

A crise política e o "impeachment"

O ponto de partida está em definir o caráter da crise política. Não se pode simplesmente achar que o governo reeleito está diante de um golpe. E daí deduzir que os explorados devem sair em sua defesa. Houve quem chegasse a comparar a presente situação com a tentativa de golpe, em 1954, contra o nacionalista Getúlio Vargas e com a derrubada do presidente João Goulart pelo golpe militar de 1964. Trata-se de um argumento fora da realidade, fantasioso e estúpido. O fato de que em todos esses casos ter havido campanha golpista da direita burguesa (UDN) utilizando as denúncias de corrupção e o moralismo hipócrita não faculta comparar casos distintos por esta ou aquela semelhança para justificar a defesa do governo de Dilma Rousseff. É preciso buscar

as causas reais que colocam a deposição de um governo. Não é o caso aqui de desenvolver a comparação. Apenas tomamos a questão porque se tem especulado sobre o golpe sem demonstrar o caráter da crise política e sem expor as condições para que seja executado.

Membros do governo, a própria presidente, o ex-presidente Lula, parlamentares petistas e dirigentes sindicais referiram-se à ameaça de golpe, ao retrocesso institucional e aos perigos que corre a democracia. PCO vai mais longe, afirma que o golpe é iminente, podendo acontecer dentro de 30 dias e que será fascista. Segundo essa organização, será um golpe contra as organizações operárias, semelhante ao de Castelo Branco ou de Pinochet. O exagero mostra bem a feição do vendedor. Está aí por que à Conferência Nacional de PCO basta afirmar genericamente que o imperialismo está promovendo uma ofensiva golpista no mundo todo – e particularmente na América Latina – contra os governos nacionalistas ou nacionalistas conservadores (o governo petista é assim classificado) para que a crise aberta no Brasil com a reeleição de Dilma.

Os petistas quando se referem ao "golpismo" estão se referindo a um processo institucional, jurídico-parlamentar, de cassação do mandato da presidente ("impeachment"). PCO se refere a um golpe fascista. Não devemos dar muita importância ao exotismo. O que há de concreto é a bandeira do "impeachment". A ameaça de cassação sim merece consideração. Esteve na boca de Aécio Neves e foi levantada nos cartazes da manifestação do dia 15, combinando-a com "Fora Dilma".

Uma camada considerável da classe média, sem dúvida, apoiará um processo de impeachment encabeçado pelo PSDB. Poderia ocorrer até mesmo com uma parcela da classe operária que nas eleições abandonou o PT. A bandeira de "impeachment" emergiu da crise política. Assim deve ser considerada.

É bom assinalar que no primeiro mandato de Lula explodiu o escândalo do mensalão e se abriu a discussão sobre o "impeachment". Não prosperou. Agora, Dilma está sob o fogo cerrado do "petrolão". Irá prosperar? Essa é a questão. E se prosperar, o que fazer? Analisemos a crise política para melhor responder.

Dilma esteve perto de perder as eleições para Aécio. O escândalo da Petrobrás explodiu em meio à disputa. Não serviu para ampliar o deslocamento de eleitores do PT para a oposição. A derrota da petista passou a depender da crise econômica. Dilma prometeu de pés juntos que não atacaria os explorados. Mas anunciou aos ouvidos da burguesia que mudaria a política econômica. De fato, descumpriu o que prometeu aos explorados; e cumpriu o prometido aos exploradores. Aécio, portanto, tomou a derrota como um "estelionato eleitoral". Não poucos eleitores de Dilma concordam com a denúncia do PSDB. Não teve, porém, como contestar judicialmente. A disputa pelo poder não cessou com o fim das eleições.

O "impeachment" foi pendurado sobre a cabeça da reeleita. Não teria a menor importância se não fosse a rebeldia de uma fração do PMDB, liderada por Eduardo Cunha. A denúncia de vários nomes peemedebista na operação Lava Jato - entre eles Calheiros e Cunha - agravou o quadro do conflito no interior do Estado. Não é preciso descrever os detalhes das disputas. O fundamental está no fato do PMDB ter saído fortalecido das eleições e se ver na condição de exigir o compartilhamento do poder. Se se tornar viável o "impeachment", quem assumirá a presidência

é o vice Michel Temer. O PMDB está com a faca e queijo na mão – tanto pode se opor quanto defender o governo.

A mudança radical na política econômica gera realinhamentos políticos no seio da burguesia e do Congresso Nacional. O próprio PT ficou, como diz o ditado, no “mato sem cachorro”. Tem de defender o ajuste fiscal, mas não sabe muito bem como explicar para as massas a traição eleitoral. O PSDB não se colocou, definitivamente, a destituição de Dilma. Por enquanto, não pode fazer outro gesto senão ameaçar. Tem claro que a figura constitucional do “impeachment” pressupõe uma investigação sobre a presidente e uma condenação pelo STF. Essa via implica um salto de qualidade na crise política. O PMDB deve ser convencido de que assumirá o poder apoiado numa grande aliança. Os obstáculos não param por aí. A oposição e importantes setores da classe capitalista temem uma reação de importante parcela da população. E não pode desconsiderar em seus cálculos uma reação negativa de governos latino-americanos. A burocracia sindical manejada pelo PT e os dirigentes do MST/MTST continuam como valiosos instrumentos de conciliação de classes.

A crise política ainda está em desenvolvimento, depende muito da marcha da crise econômica. Nesse sentido, o “impeachment” conserva seu potencial. Mas tudo indica que a disputa interburguesa continuará condicionada pelas eleições. Os petistas e sua burocracia sindical têm pela frente um conflito mais importante. Terá de impor as medidas antinacionais e antipopulares às massas. A oposição burguesa e seu braço burocrático (Força Sindical) têm em conta esse horizonte. Seja qual for o governo, estará obrigado a seguir os ditames do capital financeiros. Mas se a hipótese do “impeachment” ganhar concretude, se desenvolverá no âmbito da democracia, como está configurada. O “impeachment” foi introduzido na Constituição justamente para dirimir violentas cisões no Estado e no caso de profunda crise de regime. Não se dará como golpe militar, se se tem a possibilidade da cassação do presidente. Não há dúvida que o “impeachment” é um recurso antidemocrático, uma vez que o Congresso desconhece toma para si um poder que deveria ser da população que elegeu o presidente. Se essa afirmação vale para o caso presente, deve valer também para a cassação de Collor. O que resta é se se deve ou não defender o governo de Dilma diante de uma ação institucional da oposição burguesa. Essa concretude da discussão não está por enquanto posta. E nos parece que é a hipótese menos provável.

É dever revolucionário rechaçar o impeachment, levantando a bandeira democrática de que somente a população pode decidir o destino do governo Dilma e que governo deve substituí-lo no caso de sua derrubada. A oposição para promover o “impeachment” e apresentá-lo como democrático necessita de apoio popular. Esse é o significado do dia 15. A segunda parte da formulação é decisiva: os marxistas lutarão pela derrubada da burguesia e constituição de um governo operário e camponês. Somente com a estratégia revolucionária, as bandeiras democráticas não se converterão em apoio ao governo burguês. Aqueles que se lançam em defesa do governo sob a máscara de um golpe em andamento seguem as disputas interburguesas, ocultam o caráter burguês do governo Dilma e concluem obstaculizando a luta pela independência de classe do proletariado e pela estratégia revolucionária.

As manifestações a favor de Dilma Rousseff

A crise política gestou duas ações contrapostas, de apoio ao governo e de oposição. Trata-se de um acontecimento novo. O proletariado sem o partido revolucionário não tem como se levantar com uma política independente, revolucionária. A sua importância da dissensão burguesa está no fato de envolver as centrais sindicais e de postular uma divisão no movimento das massas. A CUT recorreu a ativistas e a uma camada dos explorados que se identificam com o PT. Recorreu ao disfarce da defesa da Petrobrás e dos direitos sociais para dar a aparência de ser uma ação independente do governo. Mas a manobra somente foi admitida pelo PCO, que assumiu a defesa envergonhada do governo petista. Dizer que a manifestação da CUT objetivava defender Dilma, portanto, governista, seria uma “calúnia da direita”. O PCdoB que não tem nada a esconder foi direto ao objetivo: “defesa da democracia e do mandato da presidenta Dilma”. Bastava, porém, empunhar a bandeira “contra o golpismo”, “contra o golpe” ou “contra o retrocesso” para hipotecar apoio a Dilma contra a ofensiva do PSDB. Em outras palavras, colocar-se por trás da divisão interburguesa no interior do aparato estatal.

Não há nenhum sentido em levantar a bandeira contra o golpe se não for para defender o governo ameaçado por forças golpistas. Como analisamos acima, não havia uma ação concreta para derrubar Dilma. Os explorados não estavam e não estão diante de um governo ameaçado pela direita burguesa porque tomou medidas em favor dos assalariados, camponeses, classe média e juventude. Caso o PSDB estivesse em posição golpista contra Dilma porque esta contrariava a burguesia e atendia aos reclamos dos oprimidos, certamente estes teriam razão para combater ao lado do governo, objetivando preservar seus interesses contra os da burguesia. No entanto, ocorre exatamente o contrário. Dilma assumiu a política econômica defendida por Aécio nas eleições e conscientemente ataca a vida das massas. Defendê-la contra a oposição de direita é um contrassenso e um escárnio diante do sacrifício imposto pelo à maioria da população. A estupidez de PCO não pesa nada na balança dos acontecimentos, mas serviu para mostrar como tentou ocultar o apoio ao governo burguês antinacional e antipopular. Não por acaso, PCO fez a convocatória para o dia 13 sem rechaçar as bandeiras desfraldadas pela burocracia petista, principalmente a de “defesa da democracia”, cujo conteúdo era de apoio a Dilma. Não fez também nenhuma crítica ao Plano Levy e não atacou as medidas antioperárias do governo. A burocracia da CUT optou por esconder o apoio ao governo por detrás da ambiguidade. Temeu expor claramente diante dos explorados o seu apoio ao governo desmoralizado. PCO precisou acusar de “calúnia da direita” a denúncia de parte das esquerdas de que se tratava de uma manifestação governista. Defender Dilma é defender sua política econômica, mesmo se dizendo contra e berrando nas ruas pela revogação das MPs 664/665.

Somente há um caminho para a classe operária se expressar independentemente das forças burguesas em pugna – lançar-se ao combate por suas reivindicações e organizar a oposição revolucionária ao governo burguês do PT/PMDB. Essa foi a diretriz que guiou o POR e continuará a guiá-lo em meio à crise política. Estivemos na mesma trincheira das correntes que se colocaram pelo boicote à manifestação do dia 13 e de rechaço à do dia 15. Mas certamente não sob a mesma estratégia e sob a mesma política. É o que veremos mais à frente.

As manifestações contra Dilma Rousseff

As manifestações de 15 de março ofuscaram as convocadas pela CUT, não apenas devido à massividade, mas também pela clareza do conteúdo oposicionista. De nada adiantou a burocracia petista disfarçar com a ambiguidade o sentido de apoio ao governo. A vacilação evidenciou o enfraquecimento político do PT. Tudo indica ser verdadeira a informação de que Dilma e a direção do partido tentaram demover a CUT de manter a manifestação. Mas quanto à massividade, é importante reconhecer que os atos de contestação ao governo mostraram a existência de um movimento no seio da classe média. Esta sempre foi base do PSDB, principalmente, no estado de São Paulo. Generalizou-se um descontentamento nesta classe social intermediária entre a burguesia e o proletariado.

Sem dúvida, o “mensalão” e agora o “petrolão” desencantaram uma de suas camadas que estiveram com o PT e intensificaram o ódio direitista de sua camada rica à estrela vermelha e ao caudilho Lula. As manobras eleitorais de Dilma para vencer Aécio a qualquer preço unificaram a ira da pequeno-burguesa. Está aí por que serviram de instrumento do PSDB, levantando a bandeira do “impeachment” e do “Fora Dilma”. A direita militarista, fascista, aproveitou a procissão para levantar seu santo, mas pouquíssimos rezaram sua Ave Maria. Se não se entende esse fenômeno, se acha livre para falar asneiras, como a de que está em marcha um golpe militar, comparando a crise política atual com a de 1964.

A pequena burguesia é heterogênea. Sua camada rica, proprietária, está vinculada à burguesia. Não é majoritária, mas tem capacidade política. Serve de instrumento da reação contra o proletariado. As camadas pobres da classe média dependem da política vigorosa, clara e estratégica do proletariado para se desvincular de sua camada rica, francamente pró-capitalista e suscetível ao fascismo. O PT, seu governo e sua burocracia sindical venal abriram caminho para colocar em curso um movimento homogêneo da classe média, tendo como carro chefe a sua camada reacionária. Esse é o grande perigo que emerge da crise política.

As manifestações da CUT foram ambíguas, oportunistas e esvaziadas da presença da classe operária. Os seus efeitos sobre as massas pequeno-burguesas oprimidas são desastrosos. Somente a política revolucionária – que parte das reivindicações comuns dos explorados, ergue-se contra o governo burguês, combate de conjunto os partidos da ordem e desfralda a estratégia de poder do proletariado – pode deslocar as massas pequeno burguesas oprimidas para o campo da independência de classe.

Nas condições concretas da crise econômica, as reivindicações dos explorados se chocam com a classe capitalista, com os partidos da burguesia e com o governo de plantão. A tática revolucionária consiste justamente em unificar as massas que estão sob o ataque dos exploradores e do governo burguês de Dilma. Convocá-las a sustentar esse governo contra a oposição burguesa, em nome da democracia, da preservação do “mandato popular” e contra o golpismo é colaborar com a política que levou o PT ao poder. Nota-se que todas as lideranças de sindicatos e de movimentos que sempre estiveram alinhados com o PT e com o governo levantaram a bandeira da democracia e da reforma política para apoiar Dilma. O MST que abandonou a luta pela reforma agrária sob os governos petistas contribui decisivamente para que a classe operária e os camponeses não convirjam para um movimento revolucionário, para uma aliança operária e camponesa. A UNE sob a direção do PCdoB/PT tornou-se um aparato

do governismo. Não é preciso apontar o dedo contra a burocracia da CUT. Todos esses movimentos e sindicatos estão estatizados. Tem muito a perder com o avanço da oposição burguesa sobre o governo. A “defesa da democracia” se confunde com os interesses corporativos.

A divergência entre as esquerdas revisionistas

PCO procurou esconder sua capitulação escrachando o PSTU com a crítica imbecil ao “nem...nem”, ou seja, nem Dilma, nem Aécio (“nem uma coisa, nem outra”). Mas os sagazes estrategistas também recorreram ao “nem ...nem” para se precaver contra as respostas daqueles que disseram não ao dia 13 e 15. Vejamos: “*Opor-se ao golpe de Estado não significa **nem** concordar, **nem** apoiar a política do PT, como martela insistentemente a propaganda da direita*”. (Jornal Causa Operária, 838, grifo nosso ao “nem ..nem”). Eis o raciocínio: aqueles que dizem não aos dois atos, capitulam perante a direita golpista; e aqueles que convocam os atos da CUT não capitulam diante da política do PT. O primeiro “nem...nem” serve para caracterizar a capitulação, o segundo “nem...nem”, para livrar o PCO da pecha de capitulador. A vulgaridade no raciocínio político mostra o calibre de uma organização que se pretende marxista. Ao convocar o ato contra um suposto golpe iminente, sob a bandeira geral de “defesa da democracia”, PCO se colocou objetivamente na posição de apoio ao governo Dilma, apoio contra os golpistas, PSDB, etc. Sejam claros, digam o nome correto de suas ações, digam: “*convocamos as manifestações de apoio ao governo Dilma contra os golpistas*”. A posição do PCO não cabe no “nem...nem”, incorretamente autoaplicado.

O que acontece com o “nem...nem” do PSTU, do PSOL, etc?. Salvou-os de serem arregimentados pela burocracia da CUT, CTB, UNE, MST e pelo PT, PCdoB e revisionistas de esquerda, que saíram em defesa do governo e da estabilização política, estabilização essa necessária para Dilma poder aplicar o Plano Levy. Não se pode abstrair sob a máscara do golpe e do “mandato popular” que manter o governo significa manter um governo que está em aberta posição de ataque aos explorados e a serviço do capital financeiro. Como se vê, o “nem...nem” dos centristas e dos reformistas pequeno-burgueses, repetimos, os salvou das pressões emanadas das disputas interburguesas. Mas o “nem...nem” de PCO não o salvou, cego que estava pela vulgaridade e pelo democratismo que une todos os revisionistas, centristas, etc.

A posição das correntes que rechaçaram os atos, no entanto, estiveram sob a mesma estratégia. Neste ponto, deve incidir a crítica, que PCO não pôde fazer, porque partilha do democratismo pequeno-burguês dos revisionistas e reformistas de esquerda. Eis o que dizem: “*Precisamos de uma alternativa dos trabalhadores contra o governo do PT e contra a direita*” (PSTU). “*Diante da grave crise, a saída pela esquerda*” (PSOL). “*Devemos construir nas ruas uma verdadeira alternativa, a dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre (...)*” (CST-PSOL). “*É necessário que construamos uma terceira via, que emane das lutas e da organização dos trabalhadores.*” (LER-QI). “*Construir alternativa popular contra a chantagem do impeachment e a conciliação governista*” (PCB) “*Alternativa dos trabalhadores*”, “*saída pela esquerda*”, “*terceira via*” e “*alternativa popular*” expressam a estratégia eleitoral.

Assim raciocinam os revisionistas: a tomada do poder não está colocada, então o que nos cabe é fortalecer a alternativa eleitoral de esquerda. Bem baixinho pensam assim, e bem alto gri-

tam pela “alternativa dos trabalhadores” e versões. PSOL, PSTU e seus derivados sabem que o País não está diante de um golpe iminente, como insiste Rui Costa Pimenta (leiam a sua longa, vulgar e sonolenta exposição sobre o golpe publicada no jornal Causa Operária, 837). E que está havendo um deslocamento das bases eleitorais do PT, e que é hora de potenciar a “alternativa de esquerda”. O PSOL gostaria de ser a Syriza grega no Brasil. O PSTU não perdeu a esperança em retomar a frente de esquerda eleitoral. Essa é a perspectiva que a crise do governo petista e a desmoralização do PT abrem para a esquerda democratizante. O “nem Dilma, nem Aécio” cria as condições para a “alternativa dos trabalhadores”, que tem o mesmo sentido de “saída de esquerda”, terceira via, etc. O melhor a fazer, portanto, é não se deixar identificar em nada com o governo que assumiu o ajuste fiscal e ataca as massas.

Os trabalhadores, a juventude e a vanguarda militante podem constatar que a posição estratégica defendida pelo POR foi e é completamente distinta do PSOL/PSTU. Explicamos a crise política como disputa interburguesa. Diante das pressões governistas e oposicionistas em torno do “impeachment” levantamos a bandeira da independência política dos explorados, que somente pode se concretizar com os explorados levantando suas próprias bandeiras, que por serem dos explorados se contrapõem à burguesia e ao seu Estado. Diante da crise política, o POR trabalha por desenvolver a estratégia revolucionária. É dever dos marxistas propagandear a revolução proletária e a constituição de um

governo operário e camponês.

A crise política é expressão particular da crise de poder, que ainda não se manifesta como tal, mas que irá se manifestar mais à frente, impulsionada pela desintegração do capitalismo. A ausência de um poderoso partido marxista no seio do proletariado o impede de combater com seu programa, suas reivindicações e seus próprios métodos. A crise de direção revolucionária se manifesta dramaticamente diante da crise política e do fracasso histórico do reformismo petista. Os revisionistas e reformistas não têm nada a oferecer aos explorados a não ser as ilusões na possibilidade de uma “alternativa de esquerda”. A renúncia à estratégia da revolução se torna patente a cada momento eleitoral e mais claramente diante da crise do regime político, que não começou com o governo Dilma.

Sem dúvida, a crise é profunda. É bem possível que esteje no seu início. As contradições econômicas daqui para frente se refletirão com maior impacto na superestrutura política. A tarefa central consiste em avançar a construção do partido revolucionário, desenvolvendo a política independente e oposta à da burguesia, do governo e de seu Estado. Partindo das reivindicações mais sentidas pelos explorados, torna-se possível constituir uma frente única de combate à exploração e aos governos dos exploradores. Torna-se possível desenvolver a independência de classe e dar coesão programática à vanguarda revolucionária. Torna-se possível aproximar o proletariado da estratégia da revolução social e da bandeira do governo operário e camponês.

UFBA: Debate sobre a crise política e as manifestações ocorre em meio ao avanço da precarização da universidade

No dia 26/03, na Universidade Federal da Bahia, ocorreu um debate sobre a crise política instalada no país e as manifestações dos dias 13 e 15/03. O debate, organizado pelo POR e pela Corrente Proletária Estudantil (CPE) contou com a presença de cerca de 60 pessoas, entre estudantes, professores e funcionários terceirizados da universidade e pessoas de fora dela.

A exposição inicial tratou do desenvolvimento histórico do Partido dos Trabalhadores (PT), desde o seu surgimento nas lutas sociais que ocorreram no final da década de 1970, no contexto de aprofundamento da crise política e econômica do regime militar, até a progressiva adaptação e entroncamento com o Estado e política burgueses. Analisou a crise política atual como reflexo do desenvolvimento da crise econômica e a necessidade do governo descarregar os efeitos da crise nas costas dos trabalhadores. Somam-se a isso as denúncias de corrupção na Petrobrás.

A oposição burguesa busca se aproveitar das denúncias de corrupção para desgastar eleitoralmente o governo Dilma. O seu objetivo é sair fortalecida para as eleições de 2018. A ameaça de impeachment serve para pressionar o governo do PT. Por enquanto, está descartada como medida prática. Não encontra base social nas massas. Por outro lado, o governo e sua base de apoio governista se utilizam da suposta ameaça de golpe para defender que os trabalhadores saiam às ruas em apoio ao governo. Governo este que ataca os trabalhadores com medidas antipopulares. A saída colocada foi a da defesa da independência de classe. Por isso rechaçamos e denunciemos tanto a manifestação do dia 13 (de apoio ao governo) quanto a manifestação do dia 15 (pelo impeachment), defendendo a luta pelas

reivindicações das massas, que se chocam com o governo e a oposição burguesa.

Também discutimos as medidas de ajuste fiscal do governo que resultaram, entre outras coisas, no corte de 7 bilhões para a educação. Os impactos já se fazem sentir nas universidades federais, com cortes na água e luz, redução de bolsas de permanência e demissão de funcionários terceirizados. Sinalizou-se a necessidade de organização dos três segmentos para responder unitariamente à destruição e precarização da universidade.

Em São Lázaro (FFCH e Instituto de Psicologia), falta água, há queda constante de energia, os banheiros se encontram fechados e os alunos sofrem com as salas sem ventilação. As estudantes de serviço social, em assembléia, decidiram pela paralisação. Mostraram aos demais estudantes o caminho da vitória: mobilização e luta. Também se reuniu o Fórum de São Lázaro, que aprovou a mobilização dos estudantes para a construção de uma paralisação.

As direções governistas do DCE e de grande parte dos DAs/CAs tentam desviar o movimento para a via da negociação e da confecção de cartas em apelo à reitoria/direção dos institutos. Negam-se a chamar uma assembleia geral estudantil para discutir os problemas da universidade e aprovar um plano de lutas. Denunciamos estas direções que só servem para bloquear o avanço da luta estudantil. De nossa parte, buscamos mobilizar os estudantes pela base, através da construção da CPE e da divulgação dos nossos boletins. A superação destas direções imobilistas é um passo fundamental para a derrubada dos ataques e a conquistas dos direitos.

Por que os explorados e a juventude devem rechaçar a lei antiterrorismo

A partir do documento interno ao governo, denominado “Estado Islâmico: Reflexões para o Brasil”, e de uma reunião entre agentes de segurança e repressão, a imprensa reacendeu a discussão em torno de uma Lei Antiterrorismo, que, segundo informações, há vinte anos se encontra no Congresso Nacional.

A notícia de que houve uma reunião na Casa Civil sobre o assunto foi desmentida em nota, que confirma apenas uma reunião do grupo de trabalho de segurança pública em grandes eventos (refere-se às Olimpíadas). O fato serviu para “vazar” uma suposta tentativa do Estado Islâmico de cooptar jovens no Brasil. A Agência Brasileira de Informação (Abin) e a Polícia Federal retomaram a cantilena de que a inexistência de uma lei antiterrorismo dificulta suas investigações. Até parece que os agentes respeitam algum direito dos cidadãos e das organizações políticas.

Não precisaram de nenhuma caso concreto para retomar a campanha em favor de uma legislação específica. Somente os cegos e os imbecis não veem que os Estados Unidos estão por trás da Lei Antiterrorismo. O imperialismo editou uma doutrina sobre o assunto e passou a pressionar todos os países e governos a adotarem-na na forma de lei, de cooperação e de participação no combate às organizações que usam do método do terrorismo. O princípio doutrinário consiste na formulação: ou se está com os Estados Unidos ou com os terroristas. Países que não têm nenhum envolvimento com a guerra das potências contra os jihadistas islâmicos – o EI é apenas um dos movimentos –, no entanto, devem se envolver seguindo a diretriz ditada pelos Estados Unidos de que o mal da humanidade, o perigo à democracia e a ameaça à civilização são as organizações terroristas.

Por que será que o Brasil não tem envolvimento com a guerra no Oriente Médio contra os jihadistas? Não é difícil de responder: porque é um país semicolonial, não controla regiões, países e governos, não disputa com o poder das armas fontes de matéria prima e mercado, e porque não é exportador de capital.

As potências colonialistas despertam movimentos e rebeliões no seio das nações oprimidas e saqueadas. É o que ocorre no Oriente Médio. A região está conflagrada. Neste exato momento, os Estados Unidos empurram a Arábia Saudita à intervenção no Iêmen. Não se admite a autodeterminação de uma nação que contrarie os interesses do capital financeiro e dos monopólios. Se a semicolônia aceita a subserviência, então o imperialismo diz que respeita a autodeterminação. Colocar-se ao lado dos Estados Unidos contra os jihadistas é defender os negócios do imperialismo e servir-lhe de instrumento para que exerça sua hegemonia mundial.

O antiterrorismo não se inspirou na guerra imperialista contra a Al Qaeda. É uma velha questão. Cuba foi considerada como terrorista. Até agora, quando o castrismo se encontra completamente adaptado ao capitalismo, serve à restauração e renega seu passado guerrilheiro, os Estados Unidos relutam em tirá-la da lista negra. A doutrina da contra-insurgência norte-americana serviu e serve para o intervencionismo contra os movimentos revolucionários. Tivemos sua ampla aplicação nos anos 60 e 70 na América Latina.

Não se pode ter sequer uma sombra de dúvida de que a Lei Antiterrorismo segue a doutrina norte-americana de quem é amigo e quem é inimigo de sua segurança nacional. Está na base do ordenamento político, jurídico e militar dos Estados Unidos que a

sua segurança é a segurança mundial. De maneira que os Estados devem contribuir para preservá-la. Mas, de fato, é o imperialismo que promove a insegurança mundial com seu expansionismo militar e com seu envolvimento em todos os conflitos que ocorrem na face da Terra.

A explicação de a Lei Antiterrorismo ainda não ter sido aprovada no Brasil é de que está formulada de maneira a criminalizar os movimentos. Um exemplo, os dois manifestantes que utilizaram um rojão na manifestação contra a Copa e que por fatalidade provocou a morte do cinegrafista estariam enquadrados como terroristas. Uma ocupação de terra pelos camponeses e um confronto com os latifundiários armados seriam tipificado como terroristas.

A tendência da crise econômica e do agravamento da luta de classes é de fortalecer o Estado policial. Nem bem se noticiou a suspeita de que o EI pretende arregimentar jovens, o presidente do Senado Renan Calheiros informou que dará urgência ao projeto de lei. Eduardo Cunha, presidente da Câmara de Deputados, seguiu a mesma linha. Os laráprios aproveitaram a situação política para se projetarem. Tudo que servir para obscurecer os seus envolvimento com a corrupção é-lhes favorável – nada melhor que dar publicidade a uma lei que agrada aos Estados Unidos. São corruptos e capachos dos interesses forâneos.

Randolfe Rodrigues, senador pelo PSOL, está encarregado da relatoria do projeto na Comissão de Direitos Humanos do Senado. É necessário que o PSOL exija de seu parlamentar que rejeite a lei que serve aos objetivos do imperialismo e que fortalece o Estado policial.

O Partido Operário Revolucionário (POR) é adversário de todas as variantes de terrorismo. Não apóia os métodos estranhos à luta do proletariado por sua emancipação. Tem clareza de princípio e de programa opostos ao terrorismo. Mas defende as organizações terroristas contra o imperialismo. Trata-se de uma imposição tática para derrotar os opressores mundiais das nações semicoloniais e ao mesmo tempo fortalecer a política do proletariado contra as organizações burguesas ou pequeno-burguesas nacionalistas que se valem do método terrorista de combate, como é o caso do EI. Baseamo-nos nos fundamentos do marxismo-leninismo-trotskismo antagônicos ao nacionalismo e à sua expressão militar – o terrorismo. O que obriga aos partidos revolucionários distinguirem com precisão no campo de combate o imperialismo e o nacionalismo, identificarem os métodos militares de um e de outro e estabelecerem uma posição própria inconfundível com um e com outro.

A Lei Antiterrorista deve ser rechaçada pelo movimento operário, camponês e da juventude. Não apenas porque será usada para criminalizar toda violência revolucionária das massas, mas porque é uma arma do imperialismo colocada nas mãos das retrógradas burguesias das semicônias para servir-lhe em suas guerras de intervenção. Na história, está mais do que demonstrado que os maiores genocidas e os mais bárbaros terroristas são a burguesia colonialista e imperialista.

Abaixo a Lei Antiterrorismo ditada pelos Estados Unidos! Convocamos os explorados, a juventude, as correntes de esquerda e as organizações democráticas a levantarem imediatamente a bandeira de luta contra a maldita lei.

Gigantesca manifestação dos professores

Assembleia rejeita a proposta da burocracia

A greve, que atinge 15 dias, ganhou força nessa última semana. Em quase todas as regiões da capital, os professores realizaram protestos contra as medidas do governo Alckmin. Em Itaquera, houve o bloqueio por mais de três horas da Avenida Mateo Bei, em São Mateus. Contou com grevistas das escolas dos bairros Jardim Santo André, Parque São Rafael, Jardim Iguatemi, Recanto Verde do Sol, etc. Uma parcela de pais e alunos marchou juntamente com os professores. Os trabalhadores do comércio saíram nas calçadas, saudando o protesto. Outro exemplo, foi o ato em frente à diretoria de ensino da Lapa, que foi seguido de uma passeata pela Rua Guaicurus. No término dessa manifestação, os grevistas se dirigiram para frente da Secretaria da Educação, fortalecendo o acampamento da Praça da República.

Os protestos regionais culminaram, no dia seguinte, com uma gigantesca assembleia de 60 mil professores. Na assembleia, os grevistas diziam: “Não recuar, não recuar...”, isso por que a direção do sindicato defendeu que a próxima assembleia não deveria ser na Av. Paulista, mas sim na Praça da República. Deixar a Paulista representava um recuo, por se tratar de um local que vem sendo marcado pelos protestos dos grevistas. Com esmagadora maioria, a assembleia aprovou a proposta das correntes de Oposição.

O POR, desde a reunião do Conselho de Representantes, na parte da manhã, propôs que a assembleia fosse na quinta-feira e na Av. Paulista. Apresentou três argumentos: 1) uma assembleia somente em 10 de abril deixaria os grevistas à mercê das ameaças do governador; 2) em uma greve, não há “semana santa”, mas sim a necessidade de manifestações quase que diárias; 3) o dia 2, quinta-feira, se devia ao fato de que as regionais haviam aprovado suas assembleias na quarta e seria um erro desmontá-las. A proposta foi duramente criticada pela burocracia da Apeesp, que defendeu que não houvesse assembleia, justificando se tratar de uma quinta-feira “santa”,

véspera de feriado. O PSTU embarcou no argumento da burocracia. Mas, já no CR, diante do receio de ser rechaçada na assembleia, os burocratas recuaram, aceitando a realização da assembleia, mas que ocorresse na Praça da República. O PSTU, rapidamente, concordou com a proposta, ressaltando que era melhor que se fosse na quarta-feira. Na assembleia, no período da tarde, a burocracia procurou se diferenciar somente no local. O PSTU abandonou a quarta-feira e defendeu a proposta do POR e de outras correntes de oposição. O PCO, como capricho ou porque aceita o argumento de quinta-feira “santa”, manteve a quarta-feira, mas a proposta foi totalmente rejeitada. O fundamental está em que essas diferenças indicavam o rumo da greve. Ocupar a Paulista, reunir semanalmente milhares de grevistas de todo o estado e avançar nos bloqueios de avenidas e rodovias significam o avanço do movimento. A modificação representava um recuo, daí a palavra de ordem: “não recuar, não recuar...”.

O POR, tanto no CR, quanto na Assembleia, defendeu que era necessário um chamado de unidade com o funcionalismo público, que recebeu o mesmo decreto do governador de reajuste zero. E que era preciso quebrar o isolamento da greve, com o apoio efetivo dos pais e alunos. Não chegou a ser votado, porque a polarização entre ter ou não assembleia foi o centro do debate no CR e, na assembleia, foi a manutenção do protesto na Av. Paulista.

A burocracia foi derrotada na assembleia. Seria ainda mais grave se os burocratas tivessem mantido a proposta de assembleia somente para o dia 10 de abril. O que mostra o quanto os grevistas estão radicalizados. A experiência da greve passada, com a traição da burocracia, tem servido de lição. Os professores estão vigilantes com as possíveis manobras da burocracia. Cabe às correntes de oposição reunir a vanguarda, por meio de uma grande plenária, para fortalecer essa disposição de rechaço à burocracia e comparecer como direção da greve.

Publicamos abaixo o Boletim da Corrente Proletária divulgado na Assembleia

Massificar e Radicalizar a greve para quebrar a intransigência de Alckmin/PSDB

São quinze dias de paralisação. O movimento vem crescendo. Mas ainda não ganhou força para quebrar a truculência do governo contra os professores, que reivindicam tão somente a reposição salarial, a estabilidade a todos e o fim da precarização das condições de trabalho.

A gigantesca assembleia de 20 de março e a passeata que tomou a Av. Paulista e a Consolação contribuíram para o avanço da greve. No entanto, Alckmin se mantém irredutível e impõe aos diretores e diretorias de ensino mais empenho no combate aos grevistas. Não faltam ameaças e toda sorte de pressão aos professores contratados e aos efetivos em estágio probatório.

O governo, porém, precisa ganhar o apoio dos pais e estudantes. Para isso, exige que enviem os filhos às escolas. E nas escolas, determina que os alunos sejam distribuídos nas salas dos professores que ainda estão trabalhando. Não importa a



série, não importa a quantidade de alunos, não importa o que será ensinado. Importa mostrar que as escolas estão funcionando. Quer que os pais e alunos acreditem que a greve é de uma minoria descontente.

Desmontar essas falcaturas de Alckmin implica massificar e radicalizar os métodos grevistas e ganhar o apoio efetivo dos pais e estudantes. O apoio passivo não derrota a ofensiva do governo. Daí a importância da constituição dos comitês de greve nos bairros, organismos de base formados pelos defensores da escola pública. Esses comitês deverão atuar conjuntamente com os grevistas nas manifestações, nas assembleias e em todas as ações coletivas aprovadas pelo movimento.

Ampliar os comandos e aprovar os piquetes de greve

A greve não pode ser derrotada pelo cansaço. Há que avançar nos métodos de luta. A passeata que ocorre após a assembleia semanal, apesar do seu enorme tamanho, agora, não será suficiente para demover a campanha odiosa de Alckmin sobre os professores, sindicato e a greve.

É fundamental combater o discurso que está impregnado em uma parcela do professorado de que é preciso “respeitar o direito individual de optar ou não pela adesão à greve”. Trata-se de um pressuposto da democracia burguesa, que é assumida por essa parcela de professores empobrecida. O direito individual nada tem a ver com a democracia coletiva, que é fruto das decisões das assembleias da classe.

A direção da Apeoesp e parte do comando da greve não devem permitir que esse discurso reacionário ganhe força nas escolas. Essa é uma política equivocada, que deve ser rejeitada pelos grevistas. Os comandos de convencimento têm de ser os porta-vozes das decisões da assembleia. Nesse momento da greve, a forma que adquire é a dos piquetes. Para garantir a decisão coletiva, é preciso agir para derrotar o direito individual de decidir sobre a paralisação.

Os piquetes expressam a defesa da greve contra as formas individuais que assumem os que resistem em acatá-la. Deverão ser organizados pelos comandos regionais. Os comandos de convencimento cumpriram um papel importante nesses quinze dias, de informar, de explicar as reivindicações e de combater as ameaças de Alckmin. Agora, é necessário impedir que uma parcela da classe seja usada para quebrar a greve.

Não podemos ser derrotados nem pelo governo, nem pela parcela que resiste à greve. Nossa tarefa de defesa da greve implica combinar os comandos de convencimento com os piquetes de greve.

Aprovar os bloqueios

As manifestações devem ser diárias e em todo o estado. Já foram feitos atos regionais e panfletagens. Mas o governo, não cedeu. Ao invés de segurar o passo dos grevistas, é preciso dar um passo à frente. Uma parcela de professores reclama de que a greve não sai na grande imprensa. Quando sai, a notícia é a favor do governo. Não há outro meio senão reforçar o movimento e projetá-lo com as ações coletivas dos grevistas, juntamente com o apoio dos pais e estudantes (comitês de luta).

O isolamento da greve e a campanha mentirosa do governo só podem ser modificados por meio da ação direta. Está aí a importância dos bloqueios de avenidas e rodovias.

Tirar a greve do isolamento

A greve dos professores está isolada. O funcionalismo es-

tadual ainda não se colocou em greve, apesar do decreto de Alckmin contra o reajuste salarial atingir a todos.

A assembleia deve aprovar um chamado de unidade grevista com o funcionalismo. É preciso criar um movimento unitário contra as medidas do governo, que envolvem o governo de Dilma (corte de recursos à educação e MPs contra os direitos dos trabalhadores), o governo Haddad (que se recusa a repor as perdas salariais) e o governo Alckmin (que golpeia o funcionalismo com o decreto que impõe mais miséria).

A assembleia deve aprovar um chamado à direção da Afuse, que dirige os funcionários de escola (que padecem com os miseráveis salários e a precariedade das condições de trabalho), para que convoque assembleia para integrar o movimento grevista dos professores.

A assembleia também deve aprovar um chamado aos pais e estudantes para o apoio efetivo à greve e defesa do ensino gratuito, contra os governantes que o destroem.

Unidade grevista para fortalecer a greve. O isolamento e o corporativismo das direções sindicais só favorecem o governo.

Defender os três eixos fundamentais da greve

1. **Reposição das perdas salariais.** As quatro parcelas concedidas pelo governo não repuseram sequer a inflação do período. Agora, Alckmin quer que os professores passem o ano todo sem nenhum reajuste. A greve foi a resposta. Os 75,33% de reposição, aprovados na assembleia, não causaram estranheza dos professores. Todos sabem o quanto o salário perdeu o seu poder de compra. O quanto o piso salarial é miserável. E o quanto é necessário arrancar um piso salarial para que possa trabalhar em uma só rede de ensino.
2. **Estabilidade a todos.** Nem duzentena, nem quarentena. Estabilidade a todos os professores contratados. Não adianta defender a estabilidade de 10 horas (como ocorre com a categoria F), porque não tem como o professor se manter ganhando o salário mínimo de fome. A estabilidade deve ser de acordo com o piso salarial, que em nossos cálculos é de R\$ 4.600,00. Fim do estágio probatório. Essa é uma medida punitiva para os professores concursados. O professor que se efetiva não adquire a estabilidade, ao contrário fica nas mãos dos diretores de escola e das diretorias de ensino que ameaçam demiti-los toda vez que surge uma greve. Efetivação a todos os professores, incluindo os contratados, e imediata estabilidade.
3. **Melhores condições de trabalho e emprego a todos.** O governo fechou mais de três mil salas de aulas. O resultado está aí: as salas estão abarrotadas. O ensino integral é imposto à custa da demissão de professores e fechamento de salas de aulas (turnos inteiros). Uma das reivindicações fundamentais da greve é a redução do número de alunos por sala (no máximo 25), abertura de todas as salas fechadas e fim da farsa do ensino integral. Consequentemente, milhares de professores terão de volta seus empregos.

Pela vitória da greve!

Municipais de São Paulo

Burocracia do sindicato manobra para enterrar a campanha salarial

O ano letivo iniciou, na rede municipal, com o anúncio feito pelo novo secretário de educação, Gabriel Chalita/PMDB, de que estava aberto ao diálogo com os sindicatos. Mas enfatizou que não preciso discutir salário este ano, pois cumpriria o índice de reajuste acordado ao término da greve do ano passado. O secretário fez alusão aos 15,38%, na forma de abono complementar, previstos para serem incorporados ao salário em três parcelas (5,54% em maio de 2015; 3,74% em maio de 2016 e 5,46% em novembro de 2016).

Esta foi mais uma demonstração de que o prefeito petista tem a intenção de enrolar os trabalhadores da educação com um índice de reajuste que corresponde à reposição salarial de período anterior, desconsiderando as perdas do período atual, em função da alta do custo de vida com o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade.

Em uma conjuntura de aprofundamento e acirramento da crise econômica, a burocracia que dirige o SINPEEM, tendo como presidente Cláudio Fonseca/PPS, colabora com o governo ao impor a categoria um calendário de enrolação, com assembleia no final de abril.

Mesmo diante intenção de Haddad de seguir com a política de arrocho salarial, de retirada de direitos, de aumento da terceirização dos serviços públicos e das parcerias público-privadas na Educação Infantil, a direção do SINPEEM fez aprovar em uma reunião de representantes de escola e do conselho geral do sindicato a realização da primeira assembleia da categoria em um sábado, em local fechado, para deliberar sobre as reivindicações da classe e calendário de suposta luta para a campanha salarial de 2015.

O golpe a democracia sindical se torna ainda mais grave, pois esta assembleia, de 21/03, ocorre em meio à greve dos professores da rede estadual de ensino. Momento em que a categoria deveria ser amplamente convocada para decidir sobre as possibilidades de unificação da luta dos dois setores, que sofrem os mesmos ataques em relação às condições de trabalho e salário.

Posição das correntes políticas

A Corrente Proletária na Educação, apesar das dificuldades impostas por uma assembleia amplamente controlada pela burocracia sindical, defendeu a necessidade de corrigir o curso da campanha salarial, com a convocação de nova assembleia com paralisação no dia 27/03 para aprovar a unificação com os professores da rede estadual em greve. Levou em consideração o fato de boa parte dos professores municipais ser também da rede estadual, que está em greve.

A direção majoritária, corrente Compromisso e Luta (PPS, PT e PCdoB), apoiando-se na passividade dos setores oposicionistas, rejeitou a proposta de unificação das lutas do magistério. A burocracia, como sempre, tem se colocado contra a unidade e contra a mobilização conjunta das duas redes de ensino público. Está aí o corporativismo. Além disso, se colocou por dar mais tempo para “negociar”, as chamadas “mesas de negociação”.

Os setores que compõem a Unidade da Oposição por Democracia e Independência no SINPEEM (PSOL, PSTU e independentes), com exceção da Corrente Proletária na Educação/POR, que também compõe esta frente, defenderam uma nova assembleia para o dia 15 de Abril, com o argumento de que era preciso de mais tempo para “convencer a base” a paralisar as escolas. Essa posição, adiando a luta dos municipais por quase um mês, fortaleceu a manobra da direção Compromisso e Luta de rechaço à unidade.

Neste sentido, a proposta defendida pela maioria das correntes da Unidade da Oposição não se diferenciava, na essência, da proposta da burocracia que defendeu assembleia para o dia 28 de Abril. Ambas as propostas são contrárias à unidade e postergaram a luta pelas reivindicações para as vésperas da data-base, que é no mês de maio. A burocracia posou de democrática durante a assembleia, acenando com a possibilidade de abrir mão da defesa do dia 28/4 para chegar a um consenso com os setores oposicionistas em torno do dia 15/04. O que não passou de mera encenação, já que, logo após a assembleia, que supostamente não poderia deliberar nada, pois não havia quórum, foi anunciado no site do sindicato um informe da assembleia constando a data do dia 15/4 apenas como um ato do funcionalismo municipal e a manutenção da proposta da burocracia de assembleia para o dia 28/4.

A corrente O Trabalho/PT defendeu o calendário de atividades da CUT, que prevê supostas manifestações no dia 07/4, quando da votação do PL 4330, que amplia a terceirização. As tais manifestações dizem respeito às visitas aos gabinetes de deputados, principalmente de lideranças partidárias, com a apresentação do dossiê produzido pela CUT sobre os impactos da terceirização. Trata-se de “convencimento” aos vendidos parlamentares. O Trabalho se tornou o porta-voz ferrenho da burocracia traidora da CUT.

A Corrente Proletária na Educação/POR chama os trabalhadores da educação a travar um combate ao corporativismo e à política de conciliação da direção burocrática e trabalhar por construir uma fração revolucionária no interior da classe em defesa da independência política do sindicato, da unidade dos explorados, da democracia sindical, das reivindicações vitais.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

O movimento estudantil da UEL durante a greve

Nas universidades estaduais paranaenses, os estudantes também participaram da greve do funcionalismo. Em quase todas elas, contudo, essa participação limitou-se ao apoio à luta dos docentes e servidores. Em algumas universidades chegou-se a constituir comando de greve e decretação de greve estudantil, foi o caso da UEL em Londrina. Entretanto, em nenhuma os estudantes chegaram a levantar qualquer bandeira clara de enfrentamento ao governo nem defesa da universidade. Na UEL, os estudantes limitaram-se às reivindicações assistencialistas, dissolução em atividades festivas e principalmente, recusa a se colocar de modo autônomo na luta contra o governo, deixando a mobilização estudantil a reboque dos professores.

Embora o governo Richa venha atacando as universidades desde 2013, cortando recursos e ameaçando a pouca autonomia, o ME não conseguiu se estruturar numa direção capaz de organizar o enfrentamento político de conjunto. Pelo contrário, correntes governistas de colaboração com a orientação privatista continuam tendo influência na desorganização do movimento. A recusa do PSTU e PSOL em fazer uma frente para arrancar o governismo (PT/PCdoB) do DCE manteve correntes próximas ao governismo na direção da entidade (Consulta Popular) e, no final do ano passado, a estruturação de uma chapa amorfa e sem qualquer definição.

Nesse quadro de desorganização, os petistas nas primeiras assembleias se colocaram abertamente contra a greve estudantil apoiando-se e estimulando a covardia (medo da repressão interna). A Corrente Proletária defendeu a greve em torno à defesa da autonomia universitária. Esta vinculação estava posta pela medida antiautonomista defendida pelo governo no pacote de fevereiro de 2015, que previa a constituição de um Grupo de Trabalho para encaminhar projeto de autonomia financeira dominado pelo governo e as reitorias.

Finalmente, e devido ao impulso da greve ativa dos servidores que ocuparam a Assembleia Estadual, que fizeram passeatas, ocuparam as ruas em todo o Estado, os estudantes também aderiram à greve, constituíram um comando e organizaram atividades de greve. Contudo, nos debates para definir as bandeiras, retirou-se da pauta a defesa da autonomia. O PT, para se contrapor à nossa defesa do Governo Tripartite, improvisou a proposta de paridade nos conselhos e ao invés de se votar para decidir entre estas duas acordou-se jogar a definição para o Congresso do DCE que será realizado este ano. A Corrente Proletária considera que foi um equívoco ter concordado com este encaminhamento, quando o correto teria sido que a assembleia estudantil votasse.

Na ausência de uma clara bandeira política, que permitisse elaborar toda a crítica ao governo e politizar o movimento, colocaram-se limitadas reivindicações assistencialistas relativas ao “acesso e permanência” como formulada pelo reformismo: bolsas moradias, ajuda para alimentação durante a

reforma do Restaurante Universitário, moradia estudantil, etc., mas, sem vinculá-las à orientação privatista do governo e cumplicidade da burocracia universitária com o desmonte das universidades, como um fim em si mesma. A dinâmica da greve estudantil dessa forma arrastou-se à reboque da greve docente, limitando-se, no mais das vezes, a participar de atividades festivas.

No dia 19 de março, um dia depois do fim da greve docente, uma assembleia estudantil multitudinária encerrou a greve sob a pressão das atléticas e de docentes que incentivaram seus alunos a irem votar contra a greve. A assembleia com cerca de 500 estudantes foi palco de um debate de mais de 3 horas. A diferença de 52 votos (203 a 255 contrários a manutenção da greve), foi baixa em face da grande mobilização das atléticas, e da violenta pressão dos professores contrários à greve.

Congresso Estudantil

Na sequência, o Movimento Estudantil tem uma grande tarefa, a de reconstituir uma direção que dê conta das necessidades de enfrentar o governo e a destruição privatista da escola pública. Nesse sentido, foi positiva a decisão tirada durante a greve de se chamar um Congresso do DCE que terá como pauta o debate sobre a autonomia universitária, ademais dos outros temas organizativos. O cuidado que se deve ter é que os opositores à bandeira do governo tripartite podem ter utilizado a manobra de convocação do congresso para adiar a discussão que deveria se dar na assembleia e jogá-la para um congresso que tende a ser burocrático.

Não será a primeira tentativa de realização de um congresso estudantil. Antes, em 2009, foi frustrada essa possibilidade pelo boicote das correntes à realização do Congresso. E embora não exista uma clara direção política do movimento, a contundência dos ataques está obrigando os estudantes a buscar instintivamente alguma orientação, daí a aprovação unânime do Congresso e da pauta da autonomia para esse congresso.

Porém, as contradições e o atraso se manifestaram também no encaminhamento das regras para delegados do congresso, sendo aprovados critérios que mostram o predomínio das modas pós-modernas defendidas pelo reformismo do Consulta e do PT, como a obrigatoriedade de se tirar delegados homens e mulheres na mesma proporção, independente das posições políticas ou então de cotas de delegados para os negros, critérios que deformam o necessário debate político que não segue esse tipo de “regras”.

Contudo, o Congresso permitirá que se explicitem as divergências em torno ao problema da autonomia universitária e ampliar a propaganda do Governo Tripartite, sob controle da assembleia geral universitária e com revogação de mandato. Esta é a condição para que se constitua uma nova direção que assuma a tarefa de colocar o movimento estudantil na luta contra o governo e a burocracia universitária cúmplice.

Balanço da paralisação de 72 horas convocadas pelos sindicatos de Rondônia

Manifestações marcam os três dias

Nos dias 18, 19 e 20 de março, ocorreu uma paralisação convocada por mais de dez sindicatos do funcionalismo estadual de Rondônia. Os três principais sindicatos, o Sintero (trabalhadores da educação), Sinsepol (servidores da polícia civil) e o Sindsaúde (trabalhadores em saúde) trouxeram mais de dois mil trabalhadores nas manifestações que ocorreram nos três dias. Efetivamente, nos três dias, foram os trabalhadores da rede estadual de ensino e os servidores da polícia civil na capital e interior que levaram a paralisação à frente. A imprensa local registrou que, em algumas cidades, a paralisação atingiu 90% das escolas e das delegacias de polícia.

A paralisação foi fruto de um lado da inexistência de política salarial do atual governo e, de outro, da insatisfação do funcionalismo com o arrocho e com as péssimas condições de trabalho. Depois que a burocracia dos sindicatos, no início de março, recebeu do governo a resposta de um 0% de reajuste, precisou responder com alguma pressão. Resposta que era dirigida às bases e pressão que era voltada ao governo de Confúcio Moura (que teve sua cassação anunciada, mas se mantém ainda no cargo).

Não houve uma grande campanha para que Rondônia de fato parasse nos três dias. Apenas o Sintero confeccionou e divulgou o cartaz de paralisação. Alguns sindicatos, como o SindSaúde, chamaram os trabalhadores que estavam “de folga” a participarem dos atos e passeatas. Mesmo assim, no primeiro dia, houve grande adesão da educação e da polícia civil e um ato em frente ao Palácio Madeira que, mesmo sob forte chuva, reuniu mais de 500 servidores. A passeata do dia 19 percorreu ruas próximas ao centro de Porto Velho, reunindo mais de 2000 mil servidores. Tanto no primeiro quanto no segundo dia, as direções sindicais foram elencando as reivindicações. Além da reposição salarial, denúncias de sucateamento dos hospitais, das escolas e outros órgãos públicos foram apresentadas. O problema da transposição dos trabalhadores da esfera estadual para a federal aparece como comum a vários setores como educação e saúde. Na educação, o governo sequer deu os 6% em janeiro, conquistado em acordo de fim de greve em 2013. O sindicato dos agentes penitenciários denunciou as péssimas condições de trabalho. O dos engenheiros servidores a disparidade salarial entre as secretarias para a mesma função.

No último dia de paralisação, dia 20, houve ato em frente à Praça do Palácio. A maioria das direções levantou que se reuniria com o governo nas próximas semanas e caso o governo mantivesse sua política de reajuste zero e de “descaso com o funcionalismo”, as direções iriam para uma greve por tempo indeterminado.

A real política das direções

O POR soltou um manifesto desde o primeiro dia defendendo as bandeiras: *“Atendimento imediato das reivindicações do funcionalismo! Unificar todos os setores em torno do reajuste salarial e da defesa dos empregos! Transformar a paralisação de 72 horas em greve por tempo indeterminado para garantir nossos direitos!”*, cujo conteúdo centrava-se na denúncia de todos os governos que tem tido uma mesma política diante da crise orça-

mentária: arrocho salarial, desemprego dos contratados e retirada de direitos. Elencou todos os estados do país que visam a cortar gastos com o funcionalismo, apontou que a política de Confúcio Moura (PMDB) não seria diferente de nenhum outro governo, pois todos seguem a diretriz do governo federal. Indicou que apenas a luta coletiva, massiva, a força dos milhares de servidores poderia quebrar essa política governamental. Defendeu o reajuste salarial imediato para repor as perdas inflacionárias, defendeu o salário mínimo vital para se contrapor à miséria salarial, a estabilidade para todos os trabalhadores e o atendimento das reivindicações ligadas às condições de trabalho. Na nossa intervenção pública, fizemos a denúncia da crise econômica como a causa da política dos governos e a necessidades dos métodos de ação direta, com a greve por tempo indeterminado.

Entretanto, embora essa política que defendemos responda realmente aos problemas que enfrentam e enfrentarão os servidores públicos e tenha sido bem recebida pelos trabalhadores de base que compareceram aos atos, e tenha sido inclusive repetida por alguns burocratas sindicais, sabemos que a cúpula das direções não tem pretensões de levar à frente uma greve geral do funcionalismo rondoniense. Primeiro, porque muitos desses sindicatos que compareceram não têm qualquer tradição de luta, estão distanciadas das bases; segundo, aqueles que têm alguma tradição e poder de mobilização como o Sintero, o Sinsepol e o Sindsaúde não querem levar uma luta que eles próprios reconhecem como “perdida”.

Vários sindicalistas apontaram que o governo estadual está na margem dos gastos com a folha de pagamento e isso pode afetar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Os burocratas do Sintero, nas assembleias dos municipais, defenderam esse argumento contra a reposição de 24,6%. Na medida que precisam responder ao descontentamento das bases, que veem o custo de vista aumentar e seus salários diminuir, que veem as condições de trabalho piorarem enquanto cresce o volume de trabalho, os burocratas se movimentam. Fazem reuniões com as secretarias de Estado, fazem reuniões entre si, marcam assembleias e convocam até uma paralisação. Entretanto, feita a paralisação, o que propõem? Nada de concreto. Esperam com a visibilidade conquistada, arrancar alguma migalha do governo, como um reajuste em algum auxílio ou gratificação para conter a revolta dos trabalhadores. Assim ganham tempo, assim o governo ganha tempo.

Vê-se que a política dessas direções é conciliadora e trai as reivindicações dos servidores públicos. Infelizmente, será necessário que as condições de trabalho piorem ainda mais e o arrocho salarial torna-se mais grave para que os trabalhadores passem por cima dessas direções e conquistem com os métodos de luta, com a greve, com as assembleias democráticas as suas reivindicações elementares.

A política do Partido Operário Revolucionário é de defender as reivindicações por meio da luta grevista contra os governos, por meio da luta unitária de todos os setores. O eixo dessa luta unitária deve ser o salário e a defesa dos empregos. Com essa política atuamos nas manifestações, paralisações e assembleias, e com ela, buscaremos a independência dos sindicatos frente aos governos.

Burocracia do Sintero quebra luta dos trabalhadores em educação de Porto Velho

Apesar de haver uma disposição de luta dos trabalhadores em educação tanto na rede municipal de Porto Velho quanto na rede estadual de Rondonia, o Sintero tem feito de tudo para não iniciar um movimento grevista. Na rede municipal, chama assembleias apenas para enrolar os trabalhadores com reuniões de negociação intermináveis com a prefeitura; no Estado, convoca paralisação, mas sequer marca assembleia. Faz uma política de enrolação dos trabalhadores e conciliação com o governo.

A Corrente Proletária/POR tem chamado a construção da greve diante da política de arrocho dos governos. Há condições para a greve como se viu na grande paralisação dos trabalhadores em educação nos dias 18, 19 e 20 de março e na revolta dos trabalhadores municipais na assembleia do dia 23, mas a burocracia mesmo sob vaia conduz para desmontar qualquer tentativa de aprovar a greve por tempo determinado. Abaixo reproduzimos o último boletim, distribuído em paralisação no dia 26 de março, denunciando a postura da burocracia com os trabalhadores em educação do município de Porto Velho.

Direção do Sintero rebaixa as reivindicações, defende a prefeitura e busca enterrar nossa campanha salarial de 2015! Precisamos exigir nova assembleia!

Tivemos três assembleias para definir a pauta de reivindicações para o ano de 2015. Foi uma assembleia em dezembro, antes do recesso; uma assembleia no início de fevereiro e outra, mais recente, no dia 12 de março. Em todas elas, foram discutidas e votadas as reivindicações que centravam no reajuste de 24,6%, mas incluíam outros pontos ligados às condições de trabalho. Na assembleia do dia 12 de março, o governo municipal já havia se pronunciado: NÃO ATENDERIA AS REIVINDICAÇÕES e apenas daria 1% para dizer que “respeitou” a política de reajuste anual que todo trabalhador tem direito, seja funcionário público ou não.

Diante dessa negativa do governo, nós reafirmamos na assembleia de 12 de março a pauta de reivindicações e rejeitamos o 1% de esmola do governo, que não repõe as perdas inflacionárias sequer dos dois primeiros meses de 2015. Com isso, nossa assembleia de 23 de março tinha uma tarefa: diante de nova negativa do governo, iríamos à luta para arrancar nossas reivindicações.

MAS o que fez a direção do SINTERO durante esse período? Tentou de todas as formas rebaixar a pauta de reivindicações já VOTADA e trouxe no dia 23 de março um bando de burocratas para defender a prefeitura e afirmar que é impossível qualquer reajuste acima do 1%. Foram 3 vereadores a falar em nossa assembleia, foi o presidente da CUT, foram diretores de escolas e mais os burocratas da executiva do sindicato, todos com o

mesmo discurso: o governo não pode dar reajuste salarial, o governo está no limite dos gastos com a folha de pagamento. A vereadora do PT afirmou categoricamente: “se eu fosse o governo também não poderia dar 5%, 10% ou 15%, porque o orçamento não permite”.

Nossa assembleia virou palanque dos governistas!!! Nossa assembleia do dia 23 serviu para legitimar e justificar a posição de arrocho salarial da prefeitura!!! É uma vergonha!

Depois que quase todos que se inscreverem colocaram como era “impossível” arrancar nosso reajuste de 24,6%, de defender integralmente nossa pauta de reivindicações, os professores começaram a ir embora. Fazer o que em uma assembleia que enterra nossa campanha e diz que a luta já está perdida antes de começar????

A burocracia do sindicato afirmou que estava com os “pés no chão” e por isso abriria para “novas propostas”! Como se três assembleias já não tivessem se colocado por definir nossa pauta, como se tudo o que discutimos desde 2014 era “fantasia”, era “estar nas nuvens”. A direção do sindicato zomba da categoria com essa postura.

Se o governo municipal rejeitou nossa pauta, aprovássemos a greve! Só a luta, a força da mobilização poderia dizer se conseguiríamos arrancar 5%, 10%, 15% ou 24% de reajuste (que, na verdade, é reposição de perdas salariais). Mas a direção já tinha pronto o discurso derrotista! Se nem a direção que vai negociar com o governo acredita na luta, os trabalhadores isoladamente vão acreditar? Direção traidora.

Diante do derrotismo e da conciliação com a prefeitura, foi votado, já com a assembleia mais esvaziada a aceitação do 1% que o governo apresentou e um reajuste de 160,00 reais em forma de “auxílio”. Para parecerem menos traidores chegaram a aprovar que, pelo menos, a reposição da inflação de 2014 deveria ser negociada e aprovaram paralisação para o dia de negociação, hoje, dia 26 de março.

Mas o governo já sabe qual é a disposição da direção do sindicato e agora só precisa bater o martelo. Sequer uma nova assembleia foi aprovada: depende do governo! A menos que o governo não queira dar essa esmola que sequer vai atingir os aposentados, excluídos por essa direção, não haverá mais assembleia esse semestre. Nenhuma luta, entrega e enterro da campanha salarial.

Continuamos defendendo que a única forma de garantir que nossa pauta de reivindicação, justa, necessária, seja atendida é a luta, é a mobilização, é a greve por tempo indeterminado. Sem isso, os acordos feitos às costas dos trabalhadores sempre redundaram em rebaixamento das reivindicações, em arrocho salarial e aumento da exploração do trabalho. Por isso, precisamos de nova assembleia com ampla divulgação nas escolas para garantir que nossas reivindicações elementares, como o reajuste, sejam conquistadas!

A MERCANTILIZAÇÃO E DESNACIONALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL

Lutar pela expropriação do sistema privado, sem indenização, e criação de um sistema efetivamente único, público, gratuito e sob controle operário



Partido Operário Revolucionário



Para conquistar as reivindicações: massificar a luta

O movimento estudantil da UFRN está em luta por uma pauta de reivindicações. Depois de algumas atividades, como o painel na Reitoria, assembleia geral e entrega da pauta no Restaurante Universitário (RU) ao Pró-reitor de Assuntos Estudantis professor Paulo, o ME conseguiu uma audiência com a Reitoria junto com os conselheiros do CONSAD. Após a negativa do representante da reitoria, professor Paulo, agora é tratar com a própria Reitoria, Ângela Paiva.

A burocracia universitária não vai atender as reivindicações estudantis. Como capacho do governo federal (PT), a Reitoria irá descarregar a falta de recursos nas costas dos estudantes, a começar pelos que mais precisam. A única forma de conseguirmos arrancar as reivindicações, é fazer um grande movimento de massas na audiência com a Reitoria e o Consad determinado a só sair de lá com a resposta positiva as reivindicações. Se for necessário, não deixaremos sair ninguém até que responda positivamente as reivindicações.

Nesse sentido, a Corrente Proletária Estudantil (CPE/POR) está atuando na pressão por assembleias gerais de cursos para mobilizar a categoria, envolvendo cada vez mais estudantes, tendo em vistas um grande movimento de massas na audiência. Em História e Geografia foram criadas comissões. Agora é pressionar as direções dos CAs.

Em engenharia de produção um ataque a liberdade de expressão

Em Engenharia de Produção (EP), estamos enfrentando uma dificuldade. Em virtude da relação da direção do CA com a burocracia universitária, o Chefe do Departamento tem tentado impedir a CPE de passar nas salas de aulas para engajar os estudantes na luta.

Para o Chefe do Departamento, é importante a submissão da direção do CA porque mantém os estudantes desorganizados na luta pela melhoria do curso e da Universidade.

Temos percebido que os professores substitutos, devido as suas relações de trabalho precarizados, se sentem pressionados a cumprir a determinação autoritária do Chefe do Departamento em impedir os avisos nas salas de aulas. Ao contrário dos professores efetivos que têm permitido os estudantes serem informados sobre o ME da UFRN realizado pela CPE.

O Chefe do Departamento está tendo uma postura autoritária. Não podemos deixar retroceder o que resta da pseudo democracia nas universidades. A CPE tem tentado conscientizar os estudantes da política de sucateamento da universidade realizada pelo governo federal (PT) e convidado os estudantes de EP para organização e o engajamento da luta que está ocorrendo na UFRN. A atitude prática do Chefe é de favorecimento da política de destruição da universidade pública realizada pelo governo federal e repressão aos seus defensores.

A CPE tentará realizar uma reunião com o Chefe do Departamento de EP com os representantes dos sindicatos do Andes, Sinstest e Fasubra para remover essa ideia e garantir a defesa da liberdade de expressão na UFRN.

Chapa para a ADURN: vencer o PROIFES é derrotar as ideias governistas entre os docentes da UFRN

Desde muito tempo que a direção da Adurn é controlada

pelo PT. Ao chegar no governo federal, os petistas, em resposta às lutas organizadas pelo Andes contra as políticas de sucateamento das universidades implementadas pelo governo federal, romperam com o Andes e, primeiro, transformaram a Adurn em um sindicato local, depois filiaram-no ao PROIFES (organização pró-governo do PT).

O desgaste político do PT em nível nacional, chegou na UFRN. Agora, está havendo um deslocamento dos docentes para o grupo de oposição à direção pró-governo (PROIFES). Entretanto, não são docentes ainda firmemente determinados a romperem com as políticas do governo. Ainda mantém alguma ilusão.

Na reunião de formação da chapa de oposição a direção PROIFES da Adurn, contou com a presença de cerca de 22 docentes. Na reunião, foi importante a defesa da independência do sindicato diante do governo, a postura contrária ao corte na educação realizada pelo governo federal que resultou em 30% a menos de orçamento das universidades brasileiras. Além disso, a representante do Andes defendeu a bandeira da educação pública 100% estatal e um sindicato autônomo, classista e democrático. Houve docentes que defenderam a sindicalização dos professores substitutos para organizar a luta contra a precarização do trabalho, uma campanha salarial unificada com os demais servidores federais e um sindicato de luta. Um professor usou da fala para defender a posição clara da oposição em defesa do Andes e contra o Proifex. Para terminar, um ex-presidente da Adurn defendeu o fim do Funpresp e a revogação da reforma da previdência.

A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) esteve presente na reunião. entendemos que a defesa da independência aos partidos políticos é um erro. Os partidos políticos oriundos da classe explorada atuam nos sindicatos e isso é legítimo, uma vez que são organismos da nossa classe. A independência dos sindicatos devem ser em relação ao governo e aos partidos políticos da burguesia. A direção revolucionária do sindicato garantirá a democracia, que praticamente foi extinta na maioria dos sindicatos. Já sobre a revogação da reforma da previdência, discordamos do ex-presidente da Adurn que seja porque foi realizada através do mensalão. Não é pela utilização da corrupção que devemos lutar contra a reforma da previdência mas porque essa reforma retira direitos dos trabalhadores.

Mas essas questões não impediriam a CPE apoiar a chapa anti-Proifex. O preocupante são as posições do professor Cherman ao defender a gestão privada dos Hospitais Universitários (HU). O argumento do professor é que a terceirização da gestão dos HU garante agilidade na contratação de pessoal e compra de remédios. Foi bem apontado por uma professora presente que essa ideia passa a impressão que o setor privado é um bom gestor e o setor público não funciona. Uma outra professora, oriunda de São Paulo testemunhou a política do PSDB nos hospitais públicos do Estado através das Organizações Sociais (OS), resultando em precarização do trabalho e desvio de dinheiro. O problema é que ninguém tem controle sobre os gestores dos HU. Outra professora mostrou o fechamento de laboratórios no HU da UFRN e abertura pelo setor privado

do mesmo laboratório fazendo contrato com o SUS (Sistema único de Saúde). É o desvio de dinheiro público para o setor privado.

A EBSEERH é a privatização dos HUs e deve ser combatido. Não basta vencer a chapa pró-Proifex nas eleições da Adurn, é preciso derrotar as suas ideias. A luta não deve ser pelo controle do aparelho sindical mas pela consciência dos docentes. A CPE defende uma chapa para a Adurn independente do governo e dos partidos políticos, de oposição as políticas privatistas e de sucateamento realizadas pelo governo federal das universidades públicas e defesa da unicidade sindical – retorno ao Andes. A CPE faz parte dos grupos políticos de oposição a direção atual do Andes. Entretanto, entendemos que ele é o sindicato dos docentes. A unidade dos trabalhadores é fundamental para a conquista da reivindicação e luta contra a burguesia e seu governo.

A assembleia docente de 26 de março

A direção da Adurn (PT/PCdoB) foi obrigada pelo Conselho de Representantes a convocar uma assembleia geral da categoria. Fazia muito tempo que não havia assembleia geral da categoria. O tema era a campanha salarial 2015.

Na assembleia a oposição docente propôs a inclusão do ponto de pauta eleições. O problema é que esse semestre é período eleitoral para a sucessão da direção da Adurn e era preciso pautar alguns problemas do processo, como por exemplo, a votação virtual. Os petistas tem se utilizado desse método para colocar a base desmobilizada contra os docentes participativos, garantindo assim que as posições mais conservadoras prevaleçam no sindicato. A oposição perdeu de 23 votos a 30, segundo a contagem da própria direção da Adurn (pró-Proifex).

Na discussão da campanha salarial de 2015, a oposição

No dia 26 de março, foi convocada pela Conlutas, Anel e outras organizações um Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação. As direções chamaram o protesto para defender os 10% do PIB para a educação. Mas o que se viu nas manifestações que ocorreram em várias partes do país foi que os protestos tiveram como bandeiras centrais a luta contra os cortes de verbas realizados pelos governos federal, estaduais e municipais. Centenas de estudantes participaram de cada protesto, alguns com paralisação de aulas, outros com manifestações de rua, outros em meio às greves de professores que estão em marcha nos estados. Reproduzimos abaixo o manifesto que a Corrente Proletária Estudantil distribuiu na USP.

DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA!

ERGUER A BANDEIRA DE DEFESA INTRANSIGENTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, LAICA E A TODOS!

COMBATER OS CORTES DE VERBAS E ATAQUES PRIVATISTAS À EDUCAÇÃO PÚBLICA!

EXPROPRIAÇÃO, SEM INDENIZAÇÃO, DE TODA A REDE PRIVADA DE ENSINO, E CONTROLE COLETIVO PELOS QUE ESTUDAM E TRABALHAM!

UNIR TEORIA E PRÁTICA! EDUCAÇÃO VINCULADA À PRODUÇÃO SOCIAL!

GOVERNO TRIPARTITE NAS UNIVERSIDADES! ABAIXO O REITORADO, POR UM GOVERNO DA MAIORIA!

QUE A JUVENTUDE ASSUMA AS BANDEIRAS E MÉTODOS DA CLASSE OPERÁRIA! SUA POLÍTICA

INDEPENDENTE DEFENDERÁ A UNIVERSIDADE DOS ATAQUES DA BURGUESIA!

Os inúmeros cortes promovidos pelos governos desde o federal, passando pelos estaduais e municipais, atingem a educação pública. As escolas e universidades serão ainda mais precarizadas e privatizadas e a juventude mais excluída. São efeitos da crise mundial capitalista iniciada em 2008, que agora se manifesta com toda força no Brasil, e sem perspectiva de

cometeu um erro grave. Ao invés de estudar a proposta do Proifex e opor-se a ela com propostas concretas, os docentes passaram a atacar o governismo da direção da Adurn (PT e PCdoB), sua intenção em não unificar com os demais servidores públicos federais e no fim, fizeram a maior confusão com a direção porque queriam mais uma rodada de defesa contrária a proposta de campanha salarial da direção.

A direção da Adurn, demonstrando seu autoritarismo, ao invés de deixar a oposição defender suas ideias e depois vencê-la no voto da plenária, já que tinham maioria, não quiseram nem se dar ao trabalho do debate. Evitaram de escutar os docentes descontentes e, sob protestos, realizaram a votação de sua proposta de campanha salarial.

A direção nem sequer explicou as suas próprias propostas da campanha salarial. Mas o que a oposição docente não entende é que era uma assembleia com cartas marcadas. A oposição mobilizou pouco a categoria, restringindo a mobilização virtual. É preciso o corpo-a-corpo para explicar as propostas e situação da categoria aos docentes. A oposição tinha obrigação de opor as propostas da direção de campanha salarial outras propostas. Mas não fez isso. Ficou no abstrato. Ao centrar na unificação dos servidores públicos federais, a direção informou sua participação em uma reunião com as 40 entidades do movimento (querendo dizer que não é contra a unificação) e afirmou a necessidade da luta contra o governo para mascara seu governismo.

A oposição precisa demarcar seu campo político com propostas claras, distanciando-se dos docentes conservadores. Mobilizar a categoria, realizando trabalho de base e opor propostas a propostas. A luta em assembleia favorece a direção. A CPE defende a construção de uma fração revolucionária para derrotar a direção pró-governo (Proifex) na adurn.

solução à vista. Os cortes na educação estão dentro dos marcos da política econômica encarnada por Joaquim Levy de ajuste fiscal e cortes públicas com o objetivo de aumento do superávit primário e pagamento da dívida externa.

Universidades federais adiaram o início das aulas por falta de recursos. As do Paraná não tinham verba sequer para

quitar as contas de água e luz. Na USP, os quase 1500 funcionários demitidos abalam o funcionamento da universidade. Novas contratações estão suspensas e somente serão realizadas a partir de 2018. A reitoria fala em crise financeira e cobra dos estudantes e funcionários que arquem com as consequências. Na rede estadual, o governo Alckmin congela os salários, superlota as salas de aula e decreta a duzentena a milhares de professores.

Vem se confirmando a impossibilidade de cumprimento da promessa de Lula/PT em garantir educação à juventude, em especial aos mais pobres. Promessa reafirmada por Dilma. A pretensa expansão de vagas nas universidades não alcançou mais do que 20% da juventude em idade para cursar o ensino superior. A combinação do aumento de vagas nas unidades federais e o crescente repasse às faculdades privadas, fruto da reforma universitária de 2007, não garantiu educação a todos, serviu apenas para iludir a massa de jovens, dentre os quais, a parcela que entra nas federais rapidamente é forçada a abandonar por falta de condições mínimas de permanência estudantil, e a que entra na rede privada serve como canal para enriquecer os proprietários das instituições. Enquanto isso, os recursos públicos destinados ao ensino privado saltam bilhões a cada ano, a exemplo do FIES, que foi de pouco mais e um bilhão em 2011 para 13,4 bilhões no ano passado.

O movimento estudantil nacional (UNE e ANEL) levanta a bandeira de 10% do PIB para a educação, mote do chamado da Conlutas para o “Dia Nacional de Luta em defesa da educação”. No entanto, não será um percentual sobre o rendimento da economia que solucionará a exclusão da imensa maioria dos jovens, mas sim o fim da educação privada, que mercantiliza um direito, tornando-o um privilégio de quem pode pagar por ele, e enriquecendo os capitalistas do ensino com recursos públicos.

10% do PIB para a educação são reivindicados pela via da pressão parlamentar. Arrasta-se a juventude a depositar confiança no parlamento, como se este fosse capaz de agir em benefício das massas. O mesmo parlamento que vem aprovando uma série de ataques, que não se reduzem à educação, há as medidas provisórias 664 e 665, há uma nova reforma previdenciária em curso, o arrocho salarial, demissões. A classe operária e demais explorados têm respondido com greves, piquetes, com manifestação de rua. Sinalizam a necessidade de uma política de independência de classe, de unidade ao redor das reivindicações e da mobilização com os métodos da luta de classes.

O mesmo parlamento que aprova leis repressivas, que ataca o direito de greve, que transforma o Estado numa força policial, que aprova a importação de Israel de aparatos repressivos mais sofisticados, que dá base legal para que se reprima juridicamente os movimentos sociais, que está na iminência de aprovar a redução da maioridade penal. O cumprimento da tarefa democrática da educação não virá pelas mãos do Estado burguês submetido ao imperialismo. Virá da luta da classe operária, que expropriará, sem indenização, todos os capitalistas de ensino, pondo a fim à coexistência entre o ensino privado e a educação pública, gratuita e laica a todos.



Em Porto Alegre, como em outras cidades, as bandeiras contra os cortes de verbas foram as que mais mobilizaram no Dia Nacional de Luta pela Educação

Por isso a necessidade da juventude se ligar à classe operária, defender suas bandeiras e métodos de luta, por que é em seu movimento e em sua vitória onde mora a vitória de toda a juventude excluída das escolas e da universidade. O “Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação” deve expressar a política proletária, a ascensão da luta de classe e a unidade entre todos os movimentos sociais para derrotar os governos nas ruas, a única via para alcançar as reivindicações.

É preciso utilizar o dia nacional de luta em defesa da educação para defender:

- Fim de todos os cortes de verbas da educação! Reversão do corte de 7 bilhões da educação federal! Pagamento do reajuste salarial reivindicado pelos docentes e servidores federais! Não aos cortes de verbas nos estados e municípios! Atendimento das reivindicações dos professores e servidores em greve nos estados e municípios! Fim dos ataques de privatização e precarização das universidades! Investigação independente (pelos que estudam e trabalham) das contas das universidades, por meio da convocação da Assembleia Geral Universitária (dos 3 setores)! Elaboração de orçamento pelos que estudam e trabalham, que atenda às reivindicações e elimine a privatização, terceirização e precarização! Aplicação desse orçamento por um governo tripartite, eleito pelo voto universal, com revogabilidade de mandato e subordinado à Assembleia Geral Universitária!

- Por um plano nacional de luta, que levante as reivindicações de forma unitária, que realize a unidade dos movimentos por meio da democracia direta, das assembleias e comandos de base e unificados, que aprove e ponha em prática os métodos próprios de luta dos explorados contra os exploradores e seus governos. Que se apoiem e se impulsionem os movimentos grevistas já em curso deflagrando a greve unificada.

- Que os movimentos discutam e aproveem a defesa política e jurídica de todos os lutadores contra a repressão. O Estado policial utiliza a violência recaionária para impor as medidas de violentos ataques contra a maioria. É preciso defender o direito democrático de mobilizar pelas reivindicações e barrar a ofensiva repressiva com a luta massiva e ligando a defesa das reivindicações e dos métodos de luta à defesa dos processados e presos por se mobilizar.

Eleições para o DCE/USP – Por uma chapa de oposição que defenda: Responder à crise e aos ataques de Zago/Alckmin de privatização e precarização da USP através de um movimento realmente unificado!

Nos dias 7, 8 e 9 de abril, estão previstas as eleições para a direção do DCE da USP. A importância dessas eleições é que vão decidir quem estará à frente da organização central do movimento estudantil na universidade num quadro de profunda crise, de ataques a direitos, privatização e precarização como nunca se viu antes. Para começar, defendemos o adiamento das eleições, tendo em vista que no dia 7 haverá uma paralisação de funcionários que deve ser apoiada e engrossada pelo movimento estudantil, e devemos jogar todas as forças para que ela se efetive, em defesa das reivindicações de estudantes e trabalhadores, e pressione a reitoria e o Conselho Universitário, que se reunirá no mesmo dia.

A situação atual

Desde que tomou posse, o reitor Zago tem aplicado uma política de cortes de gastos, sob o pretexto da crise orçamentária da USP. Essa política se manifesta em:

a) cortes de contratação de professores e funcionários, suspensão de concursos em andamento, cortes de bolsas estudantis; cortes e redução de bolsas de monitores das salas de informática (PróAluno), que as inviabiliza parcialmente;

b) arrocho salarial sobre funcionários e professores. A proposta de Zago em 2014 era o congelamento salarial (reajuste ZERO), mas uma greve de 4 meses o obrigou a conceder 5,2%, portanto menos que a inflação;

c) desvinculação de hospitais e moradia da universidade, passando-os ao Estado. Leva à privatização e precarização dos hospitais e à destruição da moradia estudantil. Os blocos K e L, que foram construídos para a moradia e tomados pela burocracia desde a ditadura militar, não foram devolvidos. Não se ampliam as vagas e cada vez mais estudantes não conseguem permanecer na USP por falta de lugar para ficar;

d) Plano de Demissões Voluntárias (PDV), que levou à saída de 1472 funcionários (8% do total), principalmente nas unidades mais ligadas à permanência estudantil: hospital, bandeirão, creche. O atendimento no hospital foi reduzido, um dos restaurantes corre o risco de fechar e foram suspensas todas as novas vagas na creche, deixando mais de cem crianças sem atendimento. Há um processo de precarização e terceirização em marcha, que favorece empresas que superexploram trabalhadores para enriquecimento de seus donos (muitos deles professores da USP), às custas da universidade.

Por trás das medidas está a crise econômica

Esse quadro mostra que a reitoria/governo vem aplicando medidas de ataques aos que estudam e trabalham na universidade, sob o pretexto da crise orçamentária, para beneficiar empresas e reduzir gastos do Estado. Já no ano passado, essas medidas eram resultado da crise capitalista, que levava os governos e as burocracias dirigentes das universidades a aplicarem medidas violentas de precarização e privatização.

Hoje, a crise econômica está exposta e todos sentem suas manifestações, nas demissões, alta do custo de vida e cortes de direitos sociais. Os operários começam a reagir aos ataques capitalistas com as greves e manifestações de rua (Volks e GM). O funcionalismo e os professores estão numa onda grevista, que se levantou com grande apoio popular no Paraná e está se alastrando para outros estados e em nível federal. Nas próximas semanas, estará em marcha uma greve na educação de todo o sul-sudeste do país, e, logo a seguir, está prevista a greve dos servidores federais, incluídas as universidades.

Há um ambiente favorável ao desenvolvimento de lutas unificadas, pois as reivindicações se assemelham e se voltam contra os governos e os capitalistas. Diante da crise econômica e seus efeitos, duas forças se chocam em resposta a ela: governos e capitalistas (a burocracia dirigente da universidade é manejada por eles) buscam descarregar a crise sobre os assalariados e demais oprimidos; os assalariados e oprimidos procuram defender seu emprego, salário e direitos ameaçados pelos de cima. É preciso erguer um movimento unitário que defenda as reivindicações e, com os métodos próprios dos oprimidos, derrote os opressores. A unidade real se constrói sobre a base das reivindicações, dos métodos de luta e da mais ampla democracia operária, nas assembleias e comandos de base unificados.

2014: uma greve combativa que não respondeu ao conjunto dos ataques de Zago/Alckmin

No ano passado, a greve de funcionários e docentes, com apoio estudantil, se realizou já na fase de descenso da onda grevista do primeiro semestre, que aconteceu após a derrota dos metroviários de São Paulo. Sob a ameaça de reajuste ZERO, funcionários e professores entraram em greve. A direção estudantil chamou uma assembleia para aprovar o apoio e ir para casa. Recusou-se a trabalhar por um movimento de fato unificado. Apesar das assembleias de estudantes e funcionários ter aprovado a proposta de uma assembleia geral unificada, a direção dos professores a rechaçou e a as direções de estudantes e funcionários se acomodaram à divisão. Assim, enquanto a reitoria/governo avançavam nas medidas de ataques à universidade pública e gratuita, a greve de 120 dias se limitou à luta pelo reajuste salarial.

Uma direção testada e reprovada pela luta

A direção do DCE (PSol/PSTU), que se negou desde o início do ano a chamar os estudantes a responder os ataques anunciados pela reitoria/governo, se colocou pelo apoio passivo dos estudantes à greve salarial. Pior, diante da proximidade das férias escolares, abandonou formalmente o movimento, recusando sequer a comparecer às assembleias. Quando as aulas voltaram em agosto, e diante de dura repressão sofrida pelos funcionários e pela pequena e combativa vanguarda de estudantes que participou ativamente da greve, a direção do DCE

passou a enviar representantes às assembleias. Uma vergonha, de uma direção de mais de 500 membros, comparecerem apenas alguns representantes nas assembleias e atos.

Essa direção foi testada diante de uma situação gravíssima na USP e reprovada. Seu mandato terminou no final de 2014. Foi constituída uma direção provisória, na qual estão presentes as mesmas forças que dirigem o DCE há anos. Como controlam a maioria dos centros acadêmicos, aprovaram o adiamento das eleições para o início deste ano. Assim, o grande número de calouros que ingressa não teve a experiência negativa com essa direção e poderá apoiá-la em razão das recepções festivas promovidas.

Uma direção revolucionária é necessária

Diante da necessidade de erguer o movimento estudantil para responder à crise da USP e se unir aos movimentos sociais de fora dela para juntos enfrentar os ataques dos governos e capitalistas, é preciso uma nova direção. Que se apoie na democracia estudantil e que erga as reivindicações e a luta para derrotar Zago/Alckmin.

Convocar uma assembleia geral universitária (dos 3 setores), para:

- investigar com independência a real situação da universidade, punir a burocracia corrupta arrancando-a do poder;
- elaborar um orçamento que atenda às reivindicações dos 3 setores, construir um governo tripartite que o aplique, eleito por voto universal, com mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária;
- unir os 3 setores num movimento de fato conjunto de resposta à crise, que unifique com os movimentos de fora da universidade e ajude a por em pé um movimento nacional em defesa das reivindicações que defendem as massas contra os governos e capitalistas.

Na universidade, a ditadura militar não acabou; fora dela, se mantém a ditadura de classe

17 estudantes da UNESP de Araraquara foram expulsos da universidade. Seu crime foi ocuparem a diretoria do campus para lutar por moradia estudantil. As expulsões foram suspensas até segunda ordem da burocracia acadêmica. 72 estudantes da USP ainda sofrem processo por terem ocupado a reitoria em 2011, contra processos a estudantes e funcionários e contra a entrada da polícia no campus. Mais 8 foram expulsos em 2011

por causa do movimento de retomada de parte da moradia do Crusp que tinha sido entregue pela burocracia a bancos e que também comportava os escritórios da assistência social. No domingo de carnaval de 2012, a reintegração de posse do mesmo espaço utilizou 200 policiais militares para prender mais 11 companheiros. Os processos criminais estão em curso. 48 estudantes na reintegração de posse da diretoria acadêmica e depois 26 estudantes em manifestação na Unifesp de Guarulhos foram presos em ações policiais dentro do campus. Da última prisão, 26 condenações por terem lutado para ter pelo menos um prédio para ter aulas. Rafael Braga está preso no Rio de Janeiro desde junho de 2013 por porte de desinfetante durante manifestação. Há outros presos políticos pelo país. São dezenas os processos políticos contra manifestantes. A polícia não permite que as manifestações se realizem com liberdade de manifestação: cercam os protestos e impõem-lhes o que pode ou não ser feito. Reprimem com bombas, gás e balas de borracha, ferindo e até matando. As greves sofrem repressão policial. Os sem teto são despejados violentamente. Os sem terra e os indígenas têm lideranças assassinadas impunemente. A população negra e pobre da periferia é reprimida e assassinada pela polícia com apoio da justiça e dos governos. Esse breve quadro acima mostra a necessidade de organizar e unificar a luta contra a repressão, dentro e fora da universidade. A violência repressiva dos governos corresponde às medidas violentas de ataques às condições de vida e trabalho e estudo da maioria. Vivemos hoje sob um Estado policial armado para impor medidas antinacionais e antipopulares para salvaguardar os interesses dos capitalistas diante da crise, que se aprofunda. Nossa resposta deve unir a defesa dos reprimidos às reivindicações e métodos de luta próprios das massas. Total unidade contra os ataques ao direito de manifestação e de se mobilizar pelas reivindicações. Não permitir a individualização dos processos e prisões, fazer a defesa política e jurídica conjunta dos reprimidos. Fortalecer os comitês de luta contra a repressão organizados pelos movimentos. É tarefa do DCE e dos CAs fortalecer a luta contra a repressão e defender os lutadores perseguidos. Sua defesa é a defesa do movimento e das reivindicações. É preciso também organizar a defesa dos espaços estudantis ameaçados pela burocracia universitária, que os tem tomado para fins privatistas. Um deles é justamente o espaço historicamente do DCE, próximo ao Bandeirão central, que a reitoria reformou mas não pretende devolver aos estudantes.



No. 2391
13-03-15
Prélio B. 1

POR

Órgão central do Partido Obrero Revolucionario, sección del Comité por la Reconstrucción de la IV CERG

¡CONSUMADA LA TRAICIÓN!

EL INCREMENTO DE 8,5% A LA MASAS SALARIAL Y 15% AL MÍNIMO NACIONAL ES UN INSULTO A LA SITUACIÓN DE POBREZA DE LOS TRABAJADORES

PARA LOS RENTISTAS Y JUBILADOS NADA, ¡QUE LOS VIEJOS SE MUERAN DE HAMBRE!

CORRESPONDE ORGANIZAR COMITÉS INTERSINDICALES DESDE LAS BASES PARA RECHAZAR EL ACUERDO TRAIDOR Y LUCHAR POR UN SALARIO QUE CUBRA EL COSTO REAL DE LA CANASTA FAMILIAR

¿HASTA CUANDO HEAMOS DE SOPORTAR ESTE SISTEMA BURGUÉS (CAPITALISTA) QUE PARA SOBREVIVIR TIENE QUE MATAR DE HAMBRE AL PUEBLO TRABAJADOR?

¡ALTO AL DESPILFARRO DEL GOBIERNO LACAYO DEL IMPERIALISMO Y DE LOS EMPRESARIOS!



Órgano del PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO de Argentina
Sección del Comité de Enlace por la Reconstrucción de la IV Internacional

¡NO SOMOS NISMAN!

Nisman era un hombre subordinado a los servicios de inteligencia locales, de EE.UU. y de Israel.

No operaba a espaldas del Gobierno, se al margen del papel que ocupa Israel que conocía al detalle las relaciones de Nisman con Silvano y cómo estaban operando los servicios extranjeros.

Todos los gobiernos han encubierto el atentado a la Embajada de Israel y el atentado a la AMIA. Lo que les importaba era tener rápidamente un culpable que fuera funcional para los objetivos de EE.UU. e Israel. Cualquier avance serio en la investigación podía comprometer la acusación.

Amos atentados no pueden entenderse en Oriente Medio, una plataforma terrorista para agitar milisimamente a todos los oprimidos de la región.

La tarea de investigar los atentados y el propio accionar de Nisman solo podrá ser llevada adelante por un verdadero Tribunal Popular, jamás por esta Justicia y el Congreso, cómplices hasta la médula de todas las políticas de impunidad.

ATAQUE EN FRANCIA: LA POSICIÓN DE LA CLASE OBRERA FRENTE AL TERRORISMO

ELECCIONES: LA POLÍTICA DE LA CLASE OBRERA ES DENUNCIAR EL CARÁCTER DE CLASE DE LA DEMOCRACIA BURGUESA, QUE ES LA DICTADURA DE LOS PATRONES NACIONALES Y EXTRANJEROS

VOTO NULO PROGRAMÁTICO

REVOLUCIÓN Y DICTADURA PROLETARIAS



Órgão central do Partido Obrero Revolucionario
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 20 - Nº 404 - 15 A 20 DE MARÇO DE 2015 - P.8 3.00

Dia 13 de março, manifestação de PT e CUT em defesa do governo Dilma

Dia 15, manifestação do PSDB e Força Sindical contra o governo Dilma

Em defesa das reivindicações dos explorados e de sua independência de classe

Governo petista e oposição burguesa estão unidos na aplicação das medidas antioperárias contra as massas. A defesa das reivindicações se choca contra o governo e contra a direita.

Por um Tribunal Popular, que investigue e puna os crimes da burguesia!

Oposição revolucionária a Dilma



Tendencia Clasista Revolucionaria
Sección chilena del Comité por la Reconstrucción de la IV CERG!

PENTA y la política burguesa: Iconos de la CORRUPCIÓN Más IMPUNENTE!!



Contacto: seccionchilena@tcrc.cl www.seccionchilena.tcr.cl
¡DEFENDE! Lucha Obrero against imperialismo del Guebe Constructores del Partido Obrero Revolucionario sección chilena.

Nesta edição:

- Bolívia: O MAS enfrenta uma enorme revolta das massas
- Israel: A reação direitista e os ultranacionalistas constituem novo governo sionista
- Espanha: A vanguarda revolucionária tem o dever de combater o Podemos

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

Depois de uma grande vitória eleitoral, há apenas quatro meses, uma virada na atitude eleitoral da população

O MAS enfrenta uma enorme revolta das massas

A realidade em geral, particularmente a social, está sempre em mudança. Algumas vezes se dá de maneira imperceptível e, outras, como na presente conjuntura, é tão radical que parece inexplicável. No entanto, como marxistas, estamos obrigados a descobrir e dar uma explicação política dessas mudanças para adotar as ações táticas que correspondem a nossa atividade diária no seio das massas. Não fazer seria um lamentável descuido que pode conduzir-nos a perder o rumo de nossa linha política e cometer gravíssimos erros no seio das massas.

A observação empírica que fazemos todos os dias na presente conjuntura eleitoral é a de que o MAS se encontra acosado por todos os lados pela rebelião das massas. O fato é que cidades como La Paz, El Alto de La Paz e Cochabamba, que há pouco tempo foram bastiões eleitorais do oficialismo, agora com fúria anunciam o triunfo dos opositores. Em Santa Cruz, a vitória da oposição está prevista e existem sérios indícios de que em Tarija e Sucre também o MAS pode ir muito mal, lugares em que obteve uma cômoda vitória nas eleições passadas. Nas cidades médias, como Quillacollo em Cochabamba e muitas outras em todo o território nacional, existem sérios indícios de que haverá um voto punitivo ao MAS, etc. Se persistir esse fenômeno até o dia das eleições, haverá sérias consequências políticas para o governo, ainda que este procure submeter os opositores já convertidos em prefeitos ou governadores, com chantagens e dinheiro. Mas isso é outro problema que sem dúvida não modificará a atitude das massas diante do governo.

Evo Morales e seus comparsas, diante de sua difícil situação política, atuam com muita leviandade e soberba. A política de inviabilizar todo candidato opositor perigoso - como é o caso de Ernesto Suárez no Beni e de muitos outros em todo o país ou o anúncio de Morales no sentido de que bloqueará economicamente e sabotará os governantes e municípios em mãos da oposição - longe de amedrontar os eleitores, provoca ira na população. Nos casos dos candidatos inviabilizados pela Justiça eleitoral cínica e servil, a população busca outro

meio para punir o governo, não importa quem seja e, assim, os desconhecidos aparecem populares da noite para o dia, polarizando o voto com os oficialistas. Muitos desses opositores, tal é o caso das Leis em Cochabamba, são conhecidos direitistas e, no entanto, para a população isso não importa, o que pretende é punir o MAS. Seria um enorme erro mecânico, interpretar este fato como se a população tivesse se direitizado. Não, passadas as eleições regionais, essa mesma população esquecerá o garrote que usou contra o pretencioso oficialismo e, no caso em que ganhem as eleições, se mobilizarão contra eles para reivindicar as necessidades de seus bairros e regiões.

Parece que concorrem vários fatores e os mais visíveis são:

A sensação de uma grande estabilidade econômica que dominou nas eleições passadas e sobre a qual o oficialismo centrou grande parte da campanha passada, desmentindo a campanha do Ministro Catacora sobre os efeitos da queda dos preços no mercado mundial, o governo vem fazendo modificações em sua política econômica que se traduz em miserável aumento nos salários, das rendas, pequeno orçamento para as regiões, etc. A escandalosa corrupção em todos os setores do Estado se manifesta diariamente - a corrupção nos fundos camponeses transbordou o vaso de água. Os mesmos oficialistas que, por alguma razão, não foram favorecidos como candidatos ou que não foram atendidos em suas ambições pessoais, se encarregam de vazar denúncias, como é o caso do pacote de dinheiro de Patana ou da gravação do desertor de Oruro, dos dados sobre os fundos camponeses, etc.

Chama atenção a decomposição da política burguesa de conjunto, tanto a do oficialismo como a de toda a oposição. Os sorrateiros delatores que denunciam seus próprios cominchas, os cínicos desertores e os carreiristas usam qualquer manobra que esteja na ordem do dia.

(Extraído do Jornal Massas 2393,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Israel: realizadas as eleições legislativas

A reação direitista e os ultranacionalistas negociam novo governo sionista

As eleições ao Knesset (Parlamento) deram a vitória para Benjamín Netanyahu, que assumirá o cargo de 1º Ministro pela terceira vez consecutiva. O *Likud* (de direita) ganhou 30 cadeiras das 120 em disputa; seis acima da União Sionista, coalisão entre o *Partido Trabalhista*, de Isaac Herzog, e o *Hatnua* (*O Movimento*), de Tzipi Livni. A *Lista Conjunta* de partidos árabes conquistou 14 deputados.

Netanyahu ganhou as eleições declarando-se contrário a um Estado Palestino, aprovando uma lei que torna Israel um Estado-judeu e sob a promessa de intensificar as ocupações em Jerusalém Oriental. Essa medida, que o colocou em choque com a ex-Ministra de Justiça, Tzipi Livni, lhe permitiu justificar a dissolução antecipada do governo e convocar novas eleições, precedidas de maior repressão e perseguição contra a minoria árabe-israelense, que constitui 20% da população (1,9 milhão). No dia 10 de março, a prefeitura de Jerusalém aprovou uma portaria-lei que pune os palestinos suspeitos de “cometer atos contra a segurança nacional”, com medidas unilaterais: funcionários investigam o pagamento em atraso de impostos e a existência de “comércios” sem autorização aos palestinos, objetivando punir aqueles que participam em manifestações. A empresa de água regional, *Hagihon*, tem de informar se uma família “suspeita” tem faturas a pagar. A *Oficina de construções* da prefeitura tem de informar o “status” legal da casa das famílias (a grande maioria dos palestinos que moram em Israel constrói sem permissão, uma vez que o Estado lhes nega esse direito). As medidas punitivas atingem a toda a família do suspeito e podem levar à expulsão. Como se vê, a mudança do caráter laico do Estado levou à ruptura artificial no governo, o que se converteu no acirramento da opressão nacional sobre os palestinos, no expansionismo colonialista e no chauvinismo anti-muçulmano.

A *União Sionista* se fortaleceu entre as camadas da juventude universitária e da pequena burguesia urbana, explorando sua rejeição às medidas do governo de ataque às condições de vida das massas e de ajustes nos serviços públicos. Fundamentalmente, sua rejeição às gigantescas gastanças da guerra em meio a uma profunda crise econômica. Porém, essa aliança, considerada “progressista”, colocou-se na mesma vala das forças sionistas mais reacionárias, distinguindo-se em aspectos secundários. Basta assinalar que o seu programa propôs estabelecer um acordo com os palestinos, mas no marco do “fortalecimento da segurança” e da “capacidade de dissuasão” (militar). Assim como da ferrenha “oposição ao programa nuclear iraniano”. Para isso, colocou-se urgência de fortalecer a “aliança” com os Estados Unidos. Em outras palavras, a colonização da Palestina pela via de acordos internacionais. Nisso reside a diferença de grau entre o novo governo reacionário do *Likud* e a oposição burguesa sionista liberal.

A verdadeira oposição “democrático-burguesa” expressou-se de fato na *Lista Conjunta*. Trata-se de uma Frente eleitoral entre os três maiores partidos árabes e um quarto partido ára-

be-judeu (*Hadash*), surgido de uma ruptura no Partido Comunista. A Frente conseguiu 13 deputados, colocando-se como a quarta força eleitoral do país. Sua unidade e desenvolvimento expressam o profundo descontentamento da população árabe que vive em Israel (a metade vive abaixo dos índices da pobreza) diante dos ataques aos seus direitos políticos e econômicos. E, fundamentalmente, às tendências xenófobas impulsionadas desde o Estado e que avançam para um regime de “apartheid religioso e étnico”.

Como nenhum dos partidos conseguiu maioria absoluta ao Knesset, para formar governo próprio, está colocada a constituição de uma coalizão de governo. As tratativas começaram entre o *Likud* (de Netanyahu), *Lar Judeu* (ultradireita religiosa, partido do Ministro da Economia Naftalí Bennet) com 18 cadeiras, *Kulanu* (*Todos Nós*, de direita, liderado por Moshe Kallon), com 10 cadeiras, *Yisrael Beiteinu* (*Israel Nossa Casa*, ultradireita nacionalista do Ministro do Exterior, Avigdor Lieberman) com oito cadeiras, do *Shas* (religiosos ortodoxos) e *Judaísmo Unido da Torá*, com sete cadeiras cada. O que permitirá a Netanyahu ter maioria no Knesset e abrir caminho a um governo ultranacionalista, reacionário e xenófobo. As negociações objetivam a partilha dos ministérios. Trata-se de uma coligação governamental destituída de políticos de “centro” (liberais) e reformistas.

É importante assinalar o majoritário apoio da população à direita e à ultradireita. Uma expressão da penetração da mágica campanha racista e nacionalista do Estado sionista, da grande imprensa capitalista e do imperialismo. Tendência que tem se fortalecido em face do antissemitismo que vem se manifestando na Europa e que, junto ao chauvinismo anti-islâmico, constituem partes interdependentes do mesmo fenômeno de desintegração do capitalismo. Além disso, observa-se que a superestrutura política constituída pela burguesia sionista comparece como um bloqueio às forças políticas reformistas e democráticas. O estilhaçamento dos partidos e o caráter confessional das bases legais e jurídicas do Estado criaram poderosas restrições para a conformação de um governo minimamente progressista. Para a posse do novo governo, o 1º ministro e os ministros têm de ser aprovados pelo Knesset. Para isso, terão de responder se defendem ou não o caráter do Estado como nação-judaica, e se planejam devolver as terras que foram confiscadas dos palestinos. O financiamento público dos partidos legalizados (está proibido o financiamento privado de empresas) aprofunda essa interdependência, porque os obriga a defenderem as bases do Estado para se manterem na legalidade e terem direito ao financiamento público. Nesse cenário, as frações liberais ou reformistas vegetam como minorias. Fato esse que se comprova no enfraquecimento do *Meretz* (socialdemocrata), que obteve só quatro deputados, e do *Yesh Atid* (*Há Futuro*, liberal, do ex ministro de Finanças Yair Lapid), que obteve 10 cadeiras.

O fundamental da situação, porém, está em que as eleições

estiveram condicionadas pelo desenvolvimento das tendências intervencionistas do imperialismo, de um lado. E pela dinâmica interna da crise econômica que obriga a aprofundar a ocupação de terras palestinas e o saque das riquezas naturais contidas no seu subsolo, de outro. Eis por que as eleições expressaram o apoio da fração monopolista da burguesia judia norte-americana aos planos expansionistas do Estado sionista. A visita de Netanyahu ao Congresso dos EUA permitiu ao *Likud* se colocar como a expressão política dos interesses dessa fração monopolista sediada na potência. E assim abrir caminho a uma maior “autonomia” do governo israelense perante as manobras do governo Obama na região.

A subserviência da feudal-burguesia árabe foi mais um meio do qual se valeu o sionismo para reforçar suas posições internas e externas. A Arábia Saudita colocou-se a favor de abrir seu espaço aéreo para um possível ataque de Israel ao Irã. O governo do Egito, por sua vez, mostrou-se favorável a ocupar militarmente parte da Faixa de Gaza, que limita ao sul com a península do Sinai, visando ao avanço da influência da Irmandade Muçulmana, que se apoia no agravamento da crise econômica e social naquele país, que pode dar lugar a novos levantes populares. Enfim, os depoimentos tanto do governo egípcio quanto do saudita indicam as negociações voltadas

à repartição de territórios e mercados, que funcionam sob a égide do imperialismo no Oriente Médio. Comprova-se que o fracasso do nacionalismo árabe e a subserviência da feudal-burguesia perante o imperialismo compõem como fator de primeira ordem para o fortalecimento político do sionismo.

As massas oprimidas do Oriente Médio e da Palestina sofrem as consequências do intervencionismo imperialista e do expansionismo sionista. A experiência histórica tem demonstrado a impossibilidade de se constituir um Estado Palestino livre, uno e soberano enquanto existir o Estado sionista - um enclave do imperialismo - e enquanto se manter a opressão nacional sobre as semicolônias. Somente a derrota do sionismo e a destruição do Estado judaico, pela via revolucionária, permitirão a reunificação da Palestina sob uma república socialista, sob a qual se eliminará a opressão nacional. Somente assim os palestinos e judeus não terão justificativa alguma para se odiarem e se matarem em guerras. Tarefa histórica e democrática essa que está bloqueada pela crise de direção revolucionária mundial. Esse obstáculo tem de ser removido. O que só é possível se a vanguarda dos oprimidos árabes se constituir em partido revolucionário e armar os explorados com o programa da revolução socialista, que destruirá o aparato da burguesia sionista e estabelecerá uma Palestina una, socialista e soberana.

Espanha

A vanguarda revolucionária tem o dever de combater o Podemos

O triunfo eleitoral de Syriza, na Grécia, se projetou imediatamente na Espanha. O movimento Podemos guarda muita semelhança com a Coalizão de Esquerda, que potenciou a luta eleitoral sob a direção de Alexis Tsipras. Já se fala que os velhos partidos espanhóis terão de ceder o poder ao Podemos. Há a expectativa de que o governo pequeno-burguês de Tsipras consiga um acordo que alivie a situação catastrófica vivida pela Grécia. O seu êxito serviria para impulsionar o Podemos. Não temos dúvida sobre a importância do Syriza e do Podemos em se levantarem como obstáculos à luta pela independência da classe operária e pela superação da crise de direção revolucionária. De antemão, sabemos que se atêm à democracia burguesa e pretendem reanimar o reformismo socialdemocrata pela via de movimentos pequeno-burgueses. Nossa luta contra o Syriza e Podemos faz parte da tarefa de construção do partido marxista-leninista-trotskista.

A crise econômica afetou gravemente a Espanha. A destruição de milhões de empregos, o desemprego crônico entre a maioria da juventude, o congelamento e a queda dos salários, a precarização do trabalho, os ataques à saúde e aos serviços públicos, etc., levaram milhões de manifestantes e grevistas às ruas em 2009-11, enfrentando os governos e a política de austeridade. A combinação da crise econômica e a desagregação dos partidos capitalistas projetaram a crise política e a possibilidade das massas de se colocarem no campo da independência de classe.

Nessa situação, surge o Podemos, cuja função histórica não é outra senão canalizar a revolta das massas e sua ação coletiva para o campo das ilusões de que é possível “recuperar a demo-

cracia” e sair da crise pela via das instituições burguesas. Com 240 mil filiados, já superou os partidos de esquerda reformistas, como Esquerda Unida (PC), e a socialdemocracia (PSOE-Partido Socialista Espanhol). Nas eleições passadas para o Parlamento Europeu, se constituiu na terceira força eleitoral do país (cinco eurodeputados e 1,2 milhões dos votos).

As últimas pesquisas eleitorais o colocaram à frente do PSOE e do governista PP (Partido Popular) nas intenções de voto para as eleições gerais de 2015. Os escândalos de corrupção desses partidos obrigaram “os líderes empresariais, temerosos pela ascensão de Podemos (...), a exigir ações contra a corrupção para assim recuperar a confiança das instituições” (jornal *El País*). Na massiva mobilização que serviu de estopim para seu lançamento nacional como “alternativa eleitoral de esquerda”, no dia 31 de janeiro de 2015, Pablo Iglesias declarou que “sonhamos com um país onde ninguém fique de fora. O que está em jogo é a democracia diante do totalitarismo financeiro (...) A soberania europeia é dos cidadãos”. Finalmente, assinalou que “a democracia é o poder do povo”. Trata-se de uma declaração de princípios de defesa dos métodos da democracia burguesa contra a luta de classes.

O primeiro passo no caminho de se constituir em partido da ordem burguesa foi dado com a eleição de sua direção partidária (até então não tinha se colocado essa premissa, até então continuava a existir como federação de correntes e tendências) e sua conformação como partido eleitoral. O processo começou em agosto de 2014 e se estendeu até novembro do mesmo ano através da votação de listas e candidatos pela internet. O mesmo método foi implementado para votar os documentos

programáticos, econômicos e organizativos do novo partido. No dia 14 de novembro, escolheram em uma plenária a direção dentre 68 candidatos à secretaria geral, 270 para a Comissão de Garantias (de 10 representantes) e mais de mil para o Conselho Cidadão (60 delegados).

A corrente liderada por Pablo Iglesias, eurodeputado e liderança de “Claro que Podemos!” se fortaleceu ocupando a Secretaria Geral e os órgãos de direção colegiada, com os 88,6% dos votos. Aos partidos que competiram nas eleições internas, foi negada a representação proporcional na direção como minorias. Os partidos e correntes que formaram o movimento estão proibidos de manter uma “dupla-militância”, não podendo se constituírem como tendências internas. A Esquerda Anticapitalista (EA), uma das maiores correntes que formaram o movimento Podemos e ligada ao Secretariado Unificado da Quarta Internacional, se submeteu sob a justificativa de que o Podemos crescerá como “alternativa de esquerda”. Suas lideranças na Espanha cogitam a ideia de dissolver a EA para favorecer seus representantes e lideranças nacionais em novas disputas eleitorais internas. Por outro lado, se observa que a estrutura partidária se firmou em relações plebiscitárias entre uma direção profissionalizada e as bases de apoio eleitoral. Ainda que as decisões gerais são tomadas pela denominada “Assembleia Cidadã” (convocada a cada três anos), as decisões permanecem de fato nas mãos do Secretário Geral e da Executiva. A cúpula pequeno-burguesa dirigirá o novo partido pelo método do centralismo burocrático. Como se vê, as bases organizativas do partido se ajustaram finalmente ao caráter de classe de sua direção e sua política reformista eleitoral. A adaptação dos revisionistas do trotskismo a esse processo de formação do Podemos ajudou a consolidar a casta pequeno-burguesa.

Uma vez cumprida essa etapa, foram definidas as linhas mestras do novo programa econômico para as eleições gerais de 2015. O chamado de “Projeto econômico para a gente” apagou as principais bandeiras que sustentaram a eleição dos eurodeputados no ano 2014: o não pagamento da dívida externa e a renda básica universal. A primeira foi substituída pela “auditoria da dívida externa” e sua reestruturação de forma “ordeira e pactuada”. Quanto à “renda básica universal”, deu lugar à valorização salarial progressiva e ao assistencialismo. A aposentadoria aos 60 anos e a jornada de 35 horas semanais simplesmente desapareceram. Segundo sua direção, o programa

anterior era “inviável”. A direção pequeno-burguesa se submete, assim, às exigências dos capitalistas. Eis por que o Podemos se colocou como avalista dos acordos feitos pelos governos do PSOE e do PP com a União Europeia e da tão criticada “herança” política, expressa no ataque geral contra os explorados.

O Podemos reflete a desespero social da pequena burguesia arruinada pelo capitalismo. Ergueu-se com o afastamento das massas do PSOE e do PP, no campo eleitoral. Fundamentalmente, abortando o desenvolvimento de suas tendências de luta. Eis por que o Podemos e o Syriza constituem partes de um mesmo fenômeno social e histórico. Fortaleceram-se eleitoralmente sob a bandeira de fim da austeridade, do crescimento voltado à recuperação dos empregos e dos salários. Porém, servem à contenção da luta de classes e do bloqueio à independência do proletariado.

Na base desse processo, encontra-se a brutal crise de direção revolucionária do proletariado mundial. O que permite à burguesia monopolista aturar conjunturalmente a ascensão eleitoral da esquerda democrática pequeno-burguesa, em face ao desmoronamento dos velhos partidos da ordem burguesa comprometidos com os brutais ataques às condições de vida das massas. A dialética do processo de desvio das massas da luta de classes para o campo da democracia burguesa ocorre pelo fato dos explorados não contarem com uma direção revolucionária. As greves gerais e os movimentos de combate às medidas capitalistas, que comoveram o país entre 2009-11 com poderosa força social, foram contidos pela política de conciliação das direções estalinistas e socialdemocratas. As mesmas que hoje cogitam a ideia de apoiar o programa de Podemos da “renda básica universal”.

Fernández Toxo, secretário geral das Comissões Operárias (CCOO), o maior sindicato da Espanha, declarou à imprensa que “uma renda mínima europeia ajudaria a amenizar a pobreza e a exclusão social”. Essa defesa é colocada também pelo o segundo maior sindicato do país, a União Geral de Trabalhadores (UGT). Isso quando o desemprego nacional está na casa de 23,7% (o mais elevado depois da Grécia), com 5.273.600 desempregados. Entre os jovens, atingiu 51,8%: toda uma geração está praticamente perdida. 13 milhões estão à beira da pobreza (um aumento de 2,6% desde 2009); 33% deles são jovens. 3 milhões vivem na miséria absoluta. Cresceu o trabalho precarizado (40% da força de trabalho), o que explica as pequenas me-

Conferência Regional de São Paulo 2015




Sob o programa da revolução proletária, responder à crise capitalista e aos ataques à vida dos explorados

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Crise Europeia Falência da Grécia



Syriza constitui um governo pequeno-burguês e desvia o curso revolucionário dos explorados



Programa Proletário: Estados Unidos Socialistas da Europa

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Venezuela: Chavismo se esgota




Só o proletariado organizado no campo da independência de classe poderá barrar a ofensiva imperialista

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Rechaçar a ofensiva militar do imperialismo sobre o Estado Islâmico!

Ao lado da nação oprimida contra a nação opressora!




Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

lhorias nos indicadores de desemprego. O caráter geral desses ataques coloca a necessidade da luta sindical frentista baseada nas bandeiras que de fato unificam os explorados. Porém, na contramão dessas premissas materiais, a burocracia sindical trata de submeter a ação direta à política de pressão parlamentar e da estratégia eleitoral.

Essas condições assinalam que a possibilidade de um governo de Podemos na Espanha não significa um perigo aos interesses gerais da burguesia imperialista. Poderá servir, con-

junturalmente, à reconstituição da confiança das massas nas instituições da burguesia e à recomposição das forças burguesas no seio do Estado. O proletariado, os camponeses pobres, a pequena burguesia arruinada e a juventude oprimida não têm como improvisar uma direção. Trata-se da vanguarda que desperta na luta forjar os quadros marxistas e se firmar organizativamente construindo o partido-programa. O que implica travar uma luta implacável contra o reformismo pequeno-burguês do Podemos.

A propósito do escândalo de corrupção na Petrobrás e da crise política, editamos um fragmento da Carta de Engels a Sorge, referindo-se ao escândalo do Canal do Panamá que envolveu 150 deputados e senadores. O suborno e o roubo como parte intrínseca da política burguesa ficam evidenciados. Chamamos a atenção dos leitores para a passagem que diz que “os norte-americanos durante algum tempo mostraram ao mundo europeu que uma república burguesa é uma república de homens de negócios capitalistas, na qual a política é tão somente uma operação de negócio como outra qualquer”.

Carta de Engels a Sorge

Londres, 31 de dezembro de 1892

(...) “Na Inglaterra, também as lutas de classes foram mais violentas no período em que se desenvolvia a indústria em grande escala, debilitando-se precisamente no período da indiscutível dominação industrial inglesa do mundo. Na Alemanha, da mesma forma, o desenvolvimento da indústria em grande escala, a partir de 1850, coincide com o surgimento do movimento socialista. Na América do Norte provavelmente ocorrerá o mesmo. É a revolução operada em todas as relações tradicionais pela indústria em desenvolvimento que também revoluciona o cérebro das pessoas.

Além disso, os norte-americanos durante algum tempo vêm mostrando ao mundo europeu que uma república burguesa é uma república de homens de negócios capitalistas na qual a política é tão somente uma operação de negócios como qualquer outra. Os franceses, cujos políticos burgueses oficialistas sabem e praticam secretamente há muito tempo, estão afinal aprendendo esta verdade em escala nacional, graças ao escândalo do Panamá. Mas para que as monarquias constitucionais não possam parecer virtuosas, cada uma delas tem seu pequeno Panamá. Na Inglaterra, o escândalo das companhias de construção, uma das quais, a Liberator, tem “liberado” por completo a quantidade de pequenos depósitos em cerca de 8.000.000 de libras de suas poupanças. Na Alemanha, os escândalos de Baare e Löwe Lüdenflinten (que demonstrou que o funcionário prussiano rouba como sempre, mas muito, muito pouco – um caso único de modéstia). Na Itália, o Banco Romano, que alcança as proporções de um Panamá, com cerca de 150



deputados e senadores subornados. Tenho informações de que logo mais se publicarão na Suíça documentos sobre este assunto (Schlüter deveria investigar tudo o que aparece nos jornais sobre o Banco Romano). E, na santa Rússia, o príncipe Mescherski está indignado pela indiferença com que são

recebidas na Rússia as revelações sobre o Panamá, e somente pode explicá-las pelo fato de que a virtude russa foi corrompida pelo exemplo francês, e ‘nós mesmos temos mais de um Panamá em casa’.

(...) Os velhos partidos republicanos estão comprometidos até seu último homem, os realistas e clericais operaram em grande escala com bônus da loteria do Panamá, identificando-se com aqueles (se este asno de Boulanger não tivesse se suicidado, seria hoje dono da situação)(...)”

.....
Nota: Em 1888, a Companhia francesa que financiava a construção do canal do Panamá quebrou. Este acontecimento, conhecido por ‘escândalo do Panamá’, foi utilizado pelos nacionalistas franceses para derrotar a maioria republicana. No curso das investigações, descobriu-se o gigantesco suborno

no qual estavam envolvidos 150 deputados, a imprensa burguesa, etc. Disto resultou no agravamento das contradições internas da França, apresentando-se o iminente perigo dos nacionalistas, que exigiam uma guerra de revanche, ocuparem o poder, aumentando assim o perigo da guerra. O processo foi anulado em 1894 pelo presidente da república.

(Extraído do livro “Karl Marx/Friedrich Engels
Correspondência, editorial Cartago)

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**